

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 045

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE ABRIL DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 878

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação de redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 879

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do item 14 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária - Projeto de Lei nº 328/2001 de autoria de deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a firmar acordo com o Estado do Amazonas, com o objetivo de implantar um pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus no município de Foz do Iguaçu, para que o mesmo seja apreciado pela Comissão de Orçamento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 901

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do item 14 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária - Projeto de Lei nº 328/2001 de autoria de deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a firmar acordo com o Estado do Amazonas, com o objetivo de implantar um pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ELI GHELLERE

Apoioamento:

Ademir Bier

REQUERIMENTO Nº 897

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Tereza Lechinak Adamoski, aos 81 anos de idade, ocorrido no dia 12.03.2002, no município de Quatro Barras-PR.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Tereza Lechinak Adamoski, nascida em 08.07.1920, na Colônia Murici, município de São José dos Pinhais, filha de Alberto Lechinak e Baldina Lechinak, foi casada com o senhor André Adamoski (*in memóriam*), deixou 07 filhos: Olga, Aleixo, Roberto

(prefeito de Quatro Barras), Vanda, André, Irineu e Sueli Adamoski.

Tereza foi uma esposa e mãe dedicada, amiga leal, um exemplo de cidadã do município de Quatro Barras, onde gozava de grande respeito e carinho por todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Tereza Lechinhak Adamoski, enviando votos de profundo pesar para o prefeito municipal de Quatro Barras, Roberto Adamoski e irmãos, à Rua D. Pedro II, nº 110 - CEP 83.420-000 - Quatro Barras-PR.

REQUERIMENTO Nº 866

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de Guaratuba, pela passagem, no próximo dia 29 de abril/2002, de seus 231 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Ananias dos Santos, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Miguel Jamur, bem como a todos os vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Guaratuba, nesta data tão significativa, merece nosso reconhecimento e admiração pela maneira com que presta eficiente colaboração ao longo desses 230 anos.

Igual aplausos e reconhecimento merecem seus administradores de todos os tempos que muito fizeram e continuam num espírito de luta e companheirismo, unindo esforços em benefício do desenvolvimento cada vez maior de nossa querida Guaratuba.

Sempre acreditamos que é através do trabalho sério e competente que conseguiremos transpor todos os obstáculos, colaborando assim para o bem-estar de todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, associa-se às homenagens ora prestadas à população de Guaratuba no transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política, na certeza de que continuará na trilha do processo.

REQUERIMENTO Nº 867

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao município de Capitão Leônidas Marques, pela passagem, de seus 38 anos de emancipação política no próximo dia 28 de abril/2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Décio Dallabrida, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Valdir Gnoatto, assim como a todos os vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição homenageamos toda a população de Capitão Leônidas Marques que continua prestando eficiente colaboração em prol do desenvolvimento do município ao longo de seus 38 anos.

A união entre povo e administração municipal, assim como a representação estadual, tem trazido o progresso para toda a região, pois cada um fazendo a sua parte os problemas serão sanados e o município continuará se sobressaindo para atingir o objetivo que é o bem-estar de todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabeniza a dedicada e ordeira população de Capitão Leônidas Marques na data magna do transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 870

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações aos senhores doutor Nelson Augusto Rosário Filho e doutor Francisco Gregori Júnior, por ocasião de sua posse na Academia Paranaense de Medicina, a ser realizada no dia 10 de maio, em Curitiba/PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos senhores doutor Nelson Augusto Rosário Filho e doutor Francisco Gregori Júnior, através de correspondência a serem encaminhadas à Associação Médica do Paraná, na Rua Cândido Xavier, 575 - Água Verde - Curitiba/PR. 80.240-280.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 871

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Quarto Centenário, pelas comemorações alusivas aos 06 anos de emancipação político-administrativa do município, em 29 de abril do corrente ano.

Requer ainda que da aprovação deste seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Quarto Centenário (Rua Raposo Tavares, s/nº - CEP 87.365-000 Quarto Centenário-PR) e à Câmara Municipal de Vereadores

(Avenida Paraná, s/nº - CEP 87.365-000 - Quarto Centenário-PR).

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 872

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Altamira do Paraná, pelas comemorações alusivas aos 20 anos de emancipação político-administrativa do município, em 27 de abril do corrente ano.

Requer ainda que da aprovação deste seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Altamira do Paraná (Rua Cantu, 180 - CEP 85280-000 - Altamira do Paraná - PR) e à Câmara Municipal de Vereadores (Rua Cantu, 180 - CEP 85280-000 - Altamira do Paraná-PR).

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO 873

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de congratulações e louvor ao Colégio Nossa Senhora das Graças, em Cambará, Estado do Paraná, que durante 50 anos dedica ensinamentos à nobre arte do aprender e o amor ao próximo.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Nossa Senhora das Graças de Cambará - PR, ensinou muitas gerações, ao longo dos seus 50 anos de dedicação às causas nobres do aprender e do amor a Deus e ao próximo. Com esse acontecimento, deixa não só a população de Cambará, mas também, todo o povo do Estado do Paraná com muito orgulho.

REQUERIMENTO 874

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao juiz Dr. João Kopytowski, pela sua posse como novo juiz do Tribunal de Alçada do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O juiz Dr. João Kopytowski, no próximo dia 26 de abril tomará posse como novo juiz do Tribunal de Alçada do Paraná.

Ele é juiz de carreira e atuava no Tribunal do Júri com extrema competência e brilhantismo. Nascido em Itaiópolis, Santa Catarina, ingressou na Magistratura em 1969, no Paraná. Exerceu suas funções de juiz de Direito em várias comarcas do nosso Estado, durante 33 anos.

Em Curitiba, atuou no Tribunal do Júri até sua promoção ao Tribunal de Alçada.

O juiz Dr. João Kopytowski possui ainda intensa participação na comunidade tendo já sido homenageado em Brasília, pelo presidente da República, com a insígnia Honra ao Mérito Militar, no grau de Oficial, por proposta do Ministério da Defesa.

Pela merecida promoção, receba o juiz Dr. João Kopytowski (Tribunal de Alçada do Paraná - Praça Nossa Senhora da Selete - Centro Cívico - Ctba-PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO 875

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Dr. Paulo Pimentel, por ter recebido o prêmio "Serviço Comunicação Nota 10" na abertura da Mercosuper 2002.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Paulo Pimentel recebeu ontem o prêmio Serviço Comunicação Nota 10, na abertura da Mercosuper 2002 e da 21ª Convenção Paranaense de Supermercados, na Expotrade, em Pinhais.

Em votação realizada no mês de novembro de 2001, com mais de duas mil filiadas da Associação Paranaense de Supermercados (Apras), o Grupo Paulo Pimentel foi escolhido como o mais representativo na área de comunicação para o setor supermercadista. O prêmio foi recebido das mãos do presidente da Apras, Pedro Joanir Zonta.

Esta é mais uma merecida premiação que o Grupo Paulo Pimentel recebe - justa homenagem ao homem que é um dos baluartes da comunicação do nosso Estado.

Ao Grupo Paulo Pimentel, através do seu diretor - D. Paulo Pimentel (Rua João Tscharnell, 800 - Cidade da Comunicação - Jd. Mercês - CEP.:80820-010 - Ctba-PR), pela merecida premiação, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO 876

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI - Saza Lattes, por ter obtido o segundo lugar entre as 25 entidades de todo o país no setor de assistência social, além de outras premiações.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Saza Lattes, recebeu esta semana um dos maiores

reconhecimentos na área filantrópica do Brasil. Entre as 400 entidades de maior destaque do país, a Saza Lattes ficou em segundo lugar entre as 25 entidades de todo o Brasil no setor de assistência social, no item “ações independentes para enfrentar o caos urbano” em 6º lugar no Paraná englobando as áreas de saúde e educação e serviço social, e em 58º lugar no Brasil, também incluindo todas as áreas em que atua.

A merecida premiação foi o resultado de uma pesquisa da empresa Kanitz & Associados, de São Paulo, realizada no ano de 2001. As ações destacadas são decorrentes das mudanças que a estrutura familiar brasileira vem enfrentando nos últimos anos, o que tem exigido novas estratégias de atendimento social, no que a Saza Lattes tem contribuído para o atendimento gratuito nas unidades de saúde e educacionais.

A Saza Lattes que tem 48 anos de existência, atualmente dispõe de várias unidades de atendimento localizadas em diversos pontos da Capital. No total, 11 postos de saúde prestam atendimento gratuito às comunidades. Os quatro Centros Sociais da Mulher ministram cursos de cabeleireiro, corte e costura, manicure e pedicure, com o objetivo de geração de renda. A Saza Lattes conta atualmente com quatro unidades de atendimento infantil. Os bairros de atuação da entidade são: Umbará, Vila Nossa Senhora da Luz, Vila Oficinas, CIC, Capão da Imbuia, Uberaba, Bairro Alto, Jardim das Américas, Ahu, Santa Cândida, Santa Quitéria e Centro, mas todas as unidades atendem pessoas que vêm de outros bairros de Curitiba, o que forma um cinturão de saúde na nossa cidade.

À Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Saza Lattes, através de seu presidente Sr. Paulo Henrique Azzolini (Rua Maurício Caillet, 265 - Água Verde - CEP.: 80250-110 - Ctb-PR), pela merecida premiação, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO 888

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Rio Bom, alusivo ao seu 38º aniversário, a ser comemorado em 28 de abril.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito municipal. Sr. Moisés José de Andrade e o presidente da Câmara Municipal, Sr. Francisco Lima, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Governador Ney Braga, 65, CEP.: 86830-000 - Rio Bom-PR.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO 899

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Restaurante Madalosso, extensivo aos seus proprietários Carlos Madalosso, Flora Madalosso Bertoli e Severino Madalosso e funcionários, pelos 32 anos de fundação, ocorrido em 02.04.2002.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

O Restaurante Madalosso, foi inaugurado em 02.04.1970, funcionando na época com 24 lugares, na Avenida Manoel Ribas, nº 5.852, tendo por proprietários: Antonio Domingos Madalosso, Rosa Fadanello Madalosso e Ademar Bertoli. Atualmente funciona no mesmo endereço o Restaurante Velho Madalosso, com 320 lugares e o Restaurante Novo Madalosso, sito à Avenida Manoel Ribas, nº 5.875, possui 4.700 lugares, com 7.200m2 de área construída, o segundo maior restaurante do mundo, registrado no Guinness Book no ano de 95 e 96.

Dentre as inúmeras visitas ilustres que freqüentaram o referido restaurante, estavam 05 presidentes do Brasil.

Hoje é orgulho dos paranaenses, sendo o maior restaurante brasileiro, palco de todos os grandes eventos e mencionado em todos os cantos do Brasil.

Tradicionalmente no dia 02 de abril, na comemoração do seu aniversário, toda a renda é revertida às instituições de caridade.

Contando com o apoio dos nobres pares, requer seja expedida correspondência aos proprietários: Carlos Madalosso, Flora Madalosso Bertoli e Severino Madalosso, na Avenida Manoel Ribas, 5.875 - Santa Felicidade - CEP.: 82020-000 - Ctb-PR.

REQUERIMENTO Nº 887

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao profissional de comunicação, radiologista Paulo Roberto Alberti, que por mais de meio século está servindo ao rádio no nosso Estado.

Tendo iniciado cedo sua vida profissional, integrante de uma família generosa em valores artísticos, Paulo Roberto Alberti sempre se destacou e confunde-se com a história do nosso rádio. Contrerrâneo de Paulo Goulart, Nicete Bruno, Mário Vendramel, Ari Fontoura, Artur de Souza, Maurício Fruet e tantos outros, com os quais enriquece nosso rádio.

Competente, apaixonado pelas coisas do rádio, foi e é um notável homem de comunicação, escondido do grande painel que é a voz nos microfones, mas tudo fazendo e sendo o melhor naquilo que leva aos lares, aos aparelhos, o melhor da radiofonia paranista. Nada se fez ou se construiu em termos de rádio no Paraná que não

tenha tido o aval, o testemunho e o concurso de Paulo Roberto Alberti.

Hoje, após enfrentar fora do rádio, problemas sérios de saúde, vencendo batalhas invencíveis, com sua fé em Deus, seu amor por Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em cujas novenas semanais é assíduo freqüentador nesses 50 anos, Paulo Roberto Alberti se dedica à família, aos netos e a ensinar aos mais jovens tudo que sabe, proporcionando ao nosso rádio a continuidade de talentos, de valores com muito futuro.

Não pode o Paraná, seu povo, sua gente, deixar de saudar esse grande vulto de nossa comunidade.

Somos os portadores da vontade popular e pedimos a esta colenda Casa de Leis que comungue conosco desta justa, tempestiva e merecida homenagem!

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 886

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a aquiescência do Plenário, o encaminhamento dos cumprimentos desta Casa Legislativa ao diretor presidente da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, Rubens Ernesto Niederheitmann, e por extensão ao diretor técnico, José Geraldo Alves, ao diretor administrativo, César Amin Pasqualin e a todo quadro funcional da empresa, pelo brilhante trabalho e rico conteúdo apresentado no Balanço Social, constante do Relatório de Atividades do ano 2001.

Requer ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Emater, em consonância com os políticos do Governo do Estado, tem, na verdade, atendido as expectativas da sociedade paranaense, na área e dimensão rural.

O excelente trabalho desenvolvido por essa empresa pública de direito privado, com potencialidades e limitações inerentes à sua natureza, tem provocado no Estado, em favor especialmente do pequeno e médio produtor rural, quase uma unanimidade, dado os relevantes e extraordinários projetos implantados tanto na área econômica, como no social, como no ambiental, entre tantos outros.

A Emater tem sido fundamental para a dinamização da economia paranaense, para o crescimento do setor produtivo do Estado e responsável, em muito, pela melhoria da qualidade de vida do Interior do Paraná.

É inegável essa transformação. E muito se deve à Emater.

Muitos indicadores sobre a qualidade de vida, ainda estão comprometidos, mas houve uma significativa

melhora e por isso, faça-se o devido reconhecimento à Emater.

Que o gesto deste Poder Legislativo, sirva para que ela se torne cada vez mais eficiente e eficaz na salutar busca de melhor qualidade de vida, ao homem do interior, que se sente protegido em ser assistido pela extensão rural oficial do Paraná.

Entre a família rural e o técnico da empresa já existe um elo de ligação de alta sustentabilidade. E esse elo deve ser defendido. Não podemos deixar de reconhecer essa sustentabilidade que a Emater propicia, especialmente à agricultura familiar.

Isto posto, considero oportuno o presente requerimento em favor da Emater, que bem merece esse legado e esse mérito.

REQUERIMENTO Nº 900

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, vêm mui respeitosamente solicitar moção de apoio e solidariedade ao povo palestino, pela paz no Oriente Médio e pela criação do Estado Palestino, repúdio ao terrorismo, principalmente ao terrorismo de Estado neste momento praticado pelo Governo Ariel Sharon, contra o povo indefeso e à autoridade palestina.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, NELSON TURECK, NEIVO BERALDIN, LUCIANA RAFAGNIN, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS ZUK, ADEMIR BIER, RICARDO CHAB, NEREU MOURA, CARLOS SIMÕES, CEZAR SILVESTRI, HERMAS BRANDÃO, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, ALGACI TULIO, MARCOS ISFER, ÂNGELO VANHONI, ANTONIO CARLOS BELINATI, PASTOR EDSON PRACZYK, GERALDO CARTÁRIO, NELSON JUSTUS, RENATO GAÚCHO, ELI GHELLERE, IRINEU COLOMBO, EDNO GUIMARÃES, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Os palestinos formam hoje o maior grupo de refugiados do mundo. Aproximadamente 4 milhões de palestinos vivem em condições subumanas na Cisjordânia, Gaza, Jordânia, Líbano e Síria. O governo Ariel Sharon, contrariando os acordos de Paz de Madri e Oslo, assinados por Yasser Arafat, Itzak Rabin e Bill Clinton, e que determinaram a criação do Estado Palestino, imprime forte repressão ao povo palestino, agredindo e violando residências, hospitais, escolas e locais sagrados, contrariando a Convenção de Genebra.

Pela autodeterminação dos povos, pela paz, pela liberdade religiosa, pela justiça social, pela democracia, pela vida digna de todos os cidadãos, é que clamamos pela aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 865

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Jaime Lerner governador do Estado do Paraná, solicitando a abertura de frentes de trabalho, nos municípios da região Noroeste, microrregião II.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado aos senhores prefeitos Amarildo Ribeiro Novato, de Altônia (CEP 87550-000); Valter Richter, de Alto Piquiri (CEP 87.580-000); Djalma B. dos Santos, de Brasilândia do Sul (CEP 87595-000); José Mário Morin, de Cafezal do Sul (CEP 87567-000); Flávio Vieira, de Cianorte (CEP 87200-000); Antonio M. de Lucena, de Cidade Gaúcha (CEP 87820-000); Yukio Tominaga, de Cruzeiro do Oeste (CEP 87400-000); José Gonçalves da Silva, de Douradina (CEP 87485-000); Tarciso Sales Medeiros Maia, de Esperança Nova (CEP 87545-000); Nelson dos Santos Pereira, de Francisco Alves (CEP 87570-000); Gilberto Castiglioni, de Guaporema (CEP 87810-000); Paulo Vales Zampieri, de Icaraima (CEP 87530-000); José Leopoldo Binder, de Indianópolis (CEP 87210-000); Maria Ap. Zago Udenal, de Iporã (CEP 87560-000); Carmelita Sgaravato, de Ivaté (CEP 87523-000); Osvaldo Frazato, de Japurá (CEP 87225-000); Ailton de Mattos, de Jussara (CEP 87230-000); Jesse Batista Correa, de Maria Helena (CEP 87480-000); José Ap. Macedo, de Mariluz (CEP 87470-000); Luiz Sorvos, de Nova Olímpia (CEP 87490-000); José Evangelista Albuquerque, de Perobal (CEP 87517-000); Ana Biaca de Souza, de Pérola (CEP 87540-000); José Augusto Mossambani, de Rondon (CEP 87800-000); Aparecido F. de Souza, de São Jorge do Patrocínio (CEP 87555-000); Norberto Quental, de São Manoel do Paraná (CEP 87215-000); Arley Hernandez de Biazzi, de São Tomé (CEP 87220-000); Kazuhiro Tominaga, prefeito municipal de Tapejara (CEP 87430-000); Wilson Lucena, de Tapira (CEP 87830-000); Luiz Antonio Krauss, de Tuneiras do Oeste (CEP 87450-000); Fernando Scanavaca, de Umuarama (CEP 87501-130); Marcos de Paula Faria, de Vila Alta (CEP 87528-000); Milton de Oliveira, de Xambê (CEP 87535-000).

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação fundamenta-se no fato de que a região está enfrentando uma longa estiagem, tendo como consequência, o atraso na colheita de cana-de-açúcar, algodão, mandioca, entre outros, deixando sem emprego centenas de trabalhadores.

A realização de frentes de trabalho, é vista pelos trabalhadores como única esperança, para que possam dar sustento às suas famílias.

REQUERIMENTO Nº 868

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, solicitando providências no sentido de viabilizar a execução de pavimentação com pedras irregulares da estrada ligando as localidades de Curvado e Novo Horizonte, no município de Marechal Cândido Rondon/PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente da Câmara Municipal, Ítalo Fumagali e ao vereador Hilário Hofstaetter, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade atender solicitação da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon. A referida solicitação foi apresentada pelo vereador Ilário Hofstaetter e foi aprovada por unanimidade na Sessão Plenária daquela Casa de Leis, no dia 15 de abril último. A obra é de grande importância para os moradores da região, porque além de melhorar as condições para o transporte da safra agrícola, também vai facilitar o deslocamento da população, já que o fluxo de veículos é elevado naquela região.

REQUERIMENTO Nº 869

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, solicitando em caráter de urgência, a pavimentação com pedras irregulares do trecho de 7 km (sete quilômetros), concluindo a ligação do distrito de Planalto à cidade de Nova Santa Rosa/PR. A referida obra já está constando do Orçamento Estadual de 2002.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao vereador Noedi Hardt, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal de Nova Santa Rosa/PR.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se porque a referida obra já está constando do Orçamento Estadual de 2002 e também devido ao fato de a Secretaria de Estado dos Transportes ter concluído 08 km (oito quilômetros), da referida pavimentação, ou seja, a obra está inacabada. Os agricultores que se deslocam do distrito de Planalto à cidade de Nova Santa Rosa continuam com problemas de locomoção. A situação se agrava nos dias de chuva, quando é constante a formação de atoleiros no trecho de

07 de km (sete quilômetros) que falta ser pavimentada com pedras irregulares.

A conclusão total dos 13 km irá auxiliar de forma significativa e direta no escoamento da produção agropecuária da região, beneficiando ainda diretamente centenas de produtores rurais. Além disso, o distrito possui várias empresas do ramo de cerâmica em atividades, que também encontram problemas no escoamento da produção da localidade para cidade de Nova Santa Rosa e municípios vizinhos.

REQUERIMENTO Nº 884

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Paulo Santiago, com votos de congratulações pelo aniversário do município a ocorrer no dia 26 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 22.04.2002

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Cruzeiro do Iguaçu destaca-se pela sua administração séria e competente junto ao prefeito municipal Paulo Santiago.

Muitas foram as dificuldades enfrentadas pela população, para bem estruturar aquele município, mas o trabalho sério e honesto de homens e mulheres que, mesmo em tempos difíceis, depositavam naquele chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para que Cruzeiro do Iguaçu se tornasse um município pujante.

Hoje temos a grata satisfação de constatar que o esforço concentrado de diferentes raças e credos, valeu a pena. Os resultados são surpreendentemente favoráveis.

A proposição deste parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 885

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal de Capitão Leônidas Marques, Décio Dallabrida com votos de congratulações pelo aniversário a ocorrer no dia 28 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei Estadual nº 4859, de 28 de abril de 1964, sancionada pelo governador Ney Braga, sem passar pelo estágio de distrito, o núcleo de Aparecida do Oeste foi elevado à categoria de município, passando a se chamar Capitão Leônidas Marques, com território desmembrado do município de Cascavel.

O nome da cidade é uma homenagem ao militar capitão Leônidas Marques, que na época era represen-

tante do Estado na solução de problemas fundiários no Sudoeste paranaense. Drummond interpreta Leônidas como “nascido de um leão”.

A Assembléia Legislativa do Paraná, através deste parlamentar, não pode deixar de reconhecer e prestar uma homenagem a um povo lutador, aos vereadores e ao prefeito que souberam e sabem como fazer para crescer e prosperar um município tão importante como Capitão Leônidas Marques.

REQUERIMENTO Nº 881

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, envio de correspondência ao Exmo. Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, solicitando do mesmo a criação da Universidade Federal de Londrina.

Recentemente foi sancionada a criação da Universidade de Campina Grande, na Paraíba. Só em março foram criadas duas universidades federais em Minas Gerais, nas cidades de Itajubá e São João Del-Rey. O Estado de Minas Gerais tem seis universidades federais, o Rio Grande do Sul também possui seis instituições dessa natureza.

Percebe-se a intenção governamental de democratizar o ensino de terceiro grau e o Estado do Paraná quer estar inserido nesse projeto, recebendo também uma nova universidade federal, já que só conta com a unidade de Curitiba.

Londrina é a segunda maior cidade do Estado do Paraná, com população de 4,5 milhões de habitantes na sua área de influência, segundo dados do IBGE.

Enquanto a União mantém somente uma Universidade Federal no Paraná, há seis universidades estaduais. Contudo, os jovens paranaenses, assim como os jovens mineiros, também clamam por oportunidades de formação profissional.

No Paraná, muitos jovens deixam o interior para prestar o concurso vestibular na Federal, em Curitiba. Esse fluxo, com a criação de uma universidade federal em Londrina, descentralizaria o ensino de terceiro grau, mantido pela União, nesta unidade da federação.

Sala das Sessões, em 22.04.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 889

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando envio de cópia dos contratos realizados entre o DER, publicados no Diário Oficial nº 6204, página 02 e 03, do dia 08.04.2002, com as seguintes empresas:

- Empresa de Transporte Coletivo Jacarezinhense Ltda - contrato nº 086/2002;

- Sinalta Propista Sinalização Segurança e Comunicação Visual - contrato nº 093/2002;
- Sitran - Sinalização de Trânsito Industrial Ltda - contrato nº 095/2002;
- Meng Engenharia Comércio e Indústria Ltda - contratos nºs 096/2002 e 097/2002;
- Via Veneto Construtora de Obras Ltda - contrato nº 098/2002;
- Signasul Engenharia de Sinalização Ltda - contratos nºs 100/2002, 101/2002 e 102/2002.

Sala das Sessões, em 22.04.2002

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Exercendo a obrigação de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 890

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando envio de cópia analítica do edital, modalidade Tomada de Preço, publicado no Diário Oficial nº 6204, página 03, do dia 08.04.2002, para execução do projeto rodoviário do trecho BR-277-Guarauninha, no valor de R\$246.536,90 para conhecimento.

Sala das Sessões, em 22.04.2002

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Exercendo a obrigação de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 893

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando envio de cópia analítica do edital, modalidade Tomada de Preço, publicado no Diário Oficial nº 6204, página 04 do dia 08.04.2002, para execução do projeto rodoviário do trecho BR-277-Antonina, no valor de R\$695.106.48, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 22.04.2002

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

É dever da representação popular entre outras, acompanhar a aplicação dos recursos públicos, de sorte a defender o interesse da coletividade.

REQUERIMENTO 892

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER junto à Secretaria de Desenvolvimento

Urbano, que esta indique onde houve a aplicação de R\$1 bilhão do Programa Paraná Urbano, elencando: número do convênio, município, objeto, valor, origem dos recursos, data da liberação e situação da obra, se: concluída, em conclusão ou paralisada; no período de 02/01/95 até a presente data.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Como o governo tem anunciado que o Paraná Urbano investiu 1 bilhão de reais nos municípios e este deputado, como boa parte da sociedade tem dificuldade de identificar tais obras, é que deseja tomar ciência, para cumprir com o mandamento recebido nas urnas.

REQUERIMENTO 895

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER junto à Secretaria de Estado da Fazenda, seja informado a esta Casa o valor dos depósitos judiciais transferidos ao Tesouro do Estado através da Lei nº 13436/2002, as datas que ocorreram, bem como o destino da aplicação desses recursos.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta Casa concedeu, numa atitude inédita, a condição para que o Estado movimentasse recursos que ainda se encontra *sub-judice*, e até o presente momento o governo oficialmente não deu conhecimento à sociedade do quanto e o seu destino.

REQUERIMENTO 891

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria do Governo, solicitando informações quanto à dívida contraída pela Copel junto ao Banco Santander e o Solomon Brothers numa transação de US\$150 milhões com vencimento para 02 de maio do corrente ano, no que segue:

- cópia dos termos que subsidiaram a operação;
- como, onde e quando ocorreu a aplicação desses recursos.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A imprensa divulgou a operação, entretanto, não se ouviu falar quanto à aplicação desses recursos, bem como, a forma de resgate dos mesmos.

REQUERIMENTO 896

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria do

Governo, solicitando informações sobre quais as razões que levaram a Copel a apresentar resultado de mais de R\$470 milhões em 2001, enquanto o primeiro semestre apresentou tão somente R\$68,5 milhões de lucro?

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O governo desde 1998 vinha preparando a venda da Companhia, e justamente no período imediatamente anterior à data agendada para a privatização a empresa apresentou redução drástica nos lucros. Daí ser necessário conhecer quais as razões que reduziram o lucro no primeiro semestre e o que foi responsável pelo resultado positivo no segundo semestre.

REQUERIMENTO 894

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER junto à Secretaria de Estado da Fazenda, informações quanto à dívida que o Tesouro do Estado tem junto ao Banco Itaú, proveniente dos títulos “podres” de Santa Catarina, Alagoas, Diadema e Osasco, caucionados com ações ordinárias da Copel, e mais:

- informação da forma de pagamento, se efetivado foi;

- termo de dilação do pagamento em que contenha: forma, taxa de juros, prazo e que garantias foram ofertadas ao Banco Itaú.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta operação está sendo considerada como um verdadeiro escândalo, inclusive sob suspeita pelo Banco Central, qualificada como uma ação temerária.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 229/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Irmãs Benéficas Evangélicas da Vila Pérola - AIBEP, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Irmãs Benéficas Evangélicas da Vila Pérola - AIBEP, é uma associação civil sem fins lucrativos, sem distinção alguma quanto ao sexo, cor, condição social, credo político ou religioso, tendo como

objetivo dar amparo aos necessitados e aos menores desamparados.

Com esta finalidade, solicitamos apoio dos nobres pares desta Casa, para aprovação do projeto de lei que ora apresentamos, conforme documentação anexa.

PROJETO DE LEI Nº 230/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa de Apoio Mãe Solidária - CAMS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Apoio Mãe Solidária, localizada no Bairro Uberaba, nesta Capital, a exemplo de outras instituições assistenciais, presta relevante serviço na área social. Atualmente atende cerca de 60 crianças com alimentação, medicamentos, material escolar, vestuário e calçado.

Além de crianças, a instituição atende também idosos, gestantes e a comunidade em geral da região onde está inserida, inclusive com cestas básicas.

A entidade preocupa-se ainda com a geração de emprego e renda, para o quê, administra cursos de informática aos adolescentes que dali saem direto para o mercado de trabalho.

A alavancagem de recursos dá-se através de campanhas e arrecadação na comunidade, além de bingos e bazares.

Por ser instituição sem fins lucrativos, estamos solicitando a declaração de Utilidade Pública da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 231/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

SÚMULA:

Prevê a obrigatoriedade de Responsável Técnico de Filhotes e Pequenos Animais no Estado do Paraná.

Art. 1º - A realização de feiras de filhotes e pequenos animais no Estado do Paraná, fica condicionada à existência de responsável técnico, registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária.

Parágrafo Único - A inspeção será realizada por médico veterinário e auxiliares sob a responsabilidade do primeiro.

Art. 2º - As infrações referentes a esta lei, serão comunicadas à Vigilância Sanitária do Estado, para aplicação de penalidades.

Parágrafo Único - O produto da arrecadação de multas impostas para cumprimento desta lei, será revertido para o aprimoramento e manutenção da atividade de Vigilância Sanitária do Estado.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A proliferação de feiras de filhote e pequenos animais é notória em todo o Estado e a fiscalização das condições de saúde dos animais comercializados deve ser feita em caráter de urgência.

Cabe salientar que muitos desses animais morrem nas primeiras semanas, depois de adquiridos nessas feiras, haja vista a falta de acompanhamento das vacinações e controle de doenças, atribuições dos médicos veterinários.

Essa evolução do mercado deve ser acompanhada de fiscalização, mesmo por que a maioria desses animais são adquiridos pelas famílias para presentear crianças. A falta e controle das vacinações pode importar em contaminação inclusive das crianças.

Em função das grandes diferenças regionais, não há documento nacional do Conselho Federal de Medicina Veterinária, dispondo sobre a responsabilidade técnica em nível nacional, cabendo aos Estados essa regulamentação.

A responsabilidade técnica consiste em situação concreta de responsabilidade do profissional perante a organização da feira e o consumidor, gerando maior confiabilidade no tipo de comercialização regulada nesta lei.

O responsável técnico (RT) é o profissional que vai garantir ao consumidor a qualidade do produto final ou do serviço prestado, respondendo civil e penalmente por possíveis danos que possam vir a ocorrer ao consumidor, uma vez caracterizada sua falha ou omissão.

O responsável técnico, por determinação do Conselho Regional de Medicina Veterinária- CRMV-PR, manterá um livro exclusivo, com páginas numeradas, no qual será registrado sua presença e as ocorrências, bem como emitindo o Termo de Constatação e Recomendação, quando verificar problemas técnicos ou operacionais que necessitem de ação corretiva.

Como se observa, a saúde dos animais comercializados também pode refletir na saúde das famílias que levam os pequenos animais para os respectivos lares, razão pela qual deve esta lei prosperar.

PROJETO DE LEI Nº 232/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

SÚMULA:

Prevê a obrigatoriedade de Responsável Técnico nos estabelecimentos de comércio varejista e/ou atacadista que processam alimentos de origem animal no Estado do Paraná.

Art. 1º - Os estabelecimentos do comércio varejista e/ou atacadista do Estado do Paraná, que comercializam, armazenam, manipulam e/ou embalam alimentos de origem animal e seus derivados ou comercializam produtos veterinários, devem ter responsável técnico, registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária.

§ 1º - A inspeção será realizada por médico veterinário e auxiliares sob a responsabilidade do primeiro.

§ 2º - O trabalho de inspeção de que trata esta lei será exercido em caráter permanente nos estabelecimentos que adquiram produtos alimentícios de origem animal para beneficiar, manipular, industrializar, reembalar ou armazenar.

Art. 2º - As infrações referentes a esta lei, serão comunicadas à Vigilância Sanitária do Estado, para aplicação de penalidades.

Parágrafo Único - O produto da arrecadação de multas impostas para cumprimento desta lei, será revertido para o aprimoramento e manutenção da atividade de Vigilância Sanitária do Estado.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, é muito comum nos estabelecimentos a manipulação de alimentos de origem animal. Nos supermercados são vendidos frios, carnes e outros alimentos embalados dentro dos próprios estabelecimentos, assim como ocorre em alguns estabelecimentos atacadistas. Essa manipulação de alimentos exige uma fiscalização por parte do Conselho de Medicina Veterinária, através da manutenção de responsável técnico nesses locais.

Podemos citar como exemplo uma peça de queijo, cuja validade é de 120 dias, quando fatiada, em razão da manipulação, passa a ter prazo de validade de três a cinco dias. Contudo, o consumidor deve estar atento para os produtos que consome, porque a inexistência de um responsável técnico efetuando essa fiscalização pode provocar intoxicações. Os meios de comunicação noticiam problemas dessa natureza com certa frequência e ao Poder Público cabe impor métodos eficientes de fiscalização, para que o lucro não seja colocado acima da saúde pública.

Salientamos, ainda, que muitos estabelecimentos varejistas e/ou atacadistas hoje têm marcas próprias e fabricam produtos de origem animal, ensejando a necessidade de vigilância do médico veterinário.

Os produtos de origem animal, através de legislação federal, recebem uma primeira inspeção no abate dos animais. Entretanto, trata-se, em todas as fases de manipulação e armazenagem, sob pena de impor ao consumidor risco inaceitável. Os médicos veterinários inclusive têm como atribuição treinar os manipuladores de alimentos de origem animal, garantindo máxima higiene nesse processamento. Em função das grandes diferenças regionais, não há documento nacional do Conselho Federal de Medicina Veterinária, dispondo sobre a Responsabilidade Técnica em nível nacional, cabendo aos Estados essa regulamentação.

A Responsabilidade técnica consiste em situação concreta de responsabilidade do profissional perante a organização da feira e o consumidor, gerando maior confiabilidade no tipo de comercialização regulada nesta lei.

O Responsável Técnico (RT) é o profissional que vai garantir ao consumidor a qualidade do produto final ou do serviço prestado, respondendo civil e penalmente por possíveis danos que possam vir a ocorrer ao consumidor, uma vez caracterizada sua falha ou omissão.

O Responsável Técnico, por determinação do Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV-PR, manterá um livro exclusivo, com páginas numeradas, no qual será registrado sua presença e as ocorrências, bem como emitindo o Termo de Constatação e Recomendação, quando verificar problemas técnicos ou operacionais que necessitem de ação corretiva.

PROJETO DE LEI Nº 233/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A sinalização semaforica, fora do perímetro central nos municípios do Estado do Paraná, entre zero (0) e cinco (5) horas, funcionará com a função de advertência sobre a existência de situação perigosa, devendo o condutor reduzir a velocidade e adotar as medidas de precaução compatíveis com a segurança para seguir adiante.

Parágrafo Único - A sinalização de advertência consiste nas luzes funcionando de forma intermitente ou piscante alternado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

É crescente o número de assaltos nos semáforos, durante a noite, constituindo-se em assunto de segurança pública a aplicação do disposto nesta lei.

A violência aumentou. Isto é um fato incontestável e que assusta toda a sociedade. O cidadão brasileiro tem sido, nos últimos tempos, exposto a muitas formas de violência: crimes, assaltos, lesões e inúmeras outras violações. Na maioria das vezes, essas práticas tem levado, prematuramente, milhares de vidas humanas, atingindo patamares inaceitáveis.

A medida proposta nesta lei é simples e que, sem dúvida, prioriza a segurança dos condutores de veículos.

O país vive momentos difíceis no que diz respeito à violência. Todos procuram respostas e meios de coibir a elevação dos assustadores índices de criminalidade, sobretudo nas grandes cidades.

O enfrentamento do crime hoje no Brasil passa por diversos níveis de aperfeiçoamento, inclusive o legislativo, no interesse de proteger os direitos mais fundamentais da pessoa humana.

PROJETO DE LEI Nº 234/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores Alto Bela Vista, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.04.2002

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores Alto Bela Vista é uma associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 24 de setembro de 1995, com sede e foro no Município de Curitiba - PR, sito à rua Presidente Dutra, nº 145 - Alto Bela Vista- CIC.

Tem por objetivo lutar pelo interesse dos moradores, desenvolver trabalhos e atividades de integração cultural, desportiva, recreativa e social, incentivar o aperfeiçoamento de mão-de-obra.

Em anexo, Ata da eleição da diretoria 2000 a 2003, estatuto, cadastro nacional de pessoa jurídica e relatório de atividades.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento aprovado na Sessão do dia 15 de abril, do deputado Orlando Pessuti, no qual requeria autorização do horário do Pequeno Expediente da Sessão do dia 22 de abril do corrente para realização de pronunciamento de lideranças indígenas do Estado do Paraná, referente ao Dia do Índio.

Com o requerimento aprovado, nós temos hoje a presença do coordenador da educação indígena, Sauri Pafechi Manoel Antonio; do vice-presidente do Conselho Nacional dos Povos Indígenas, Pedro Cornélio; o chefe das terras indígenas de Apucarantina, cacique caigangue

Moisés Lourenço e o presidente do Conselho Indígena do Norte do Paraná, Antonio Ribeiro.

Inicialmente damos a palavra ao coordenador de Educação Indígena da Secretaria da Educação, Sauri Pafechi Manoel Antonio.

O SR. SAURI PAFECHI MANOEL ANTONIO
(Fala na língua indígena)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o vice-presidente do Conselho Nacional dos Povos Indígenas, Pedro Cornélio.

O SR. PEDRO CORNÉLIO

Quero agradecer à Casa, à Assembléia Legislativa, e cumprimentar a todos os deputados presentes, à Mesa e aos índios.

Dizer a vocês que a gente agradece a oportunidade de estar aqui nesta Casa, aonde esta Casa também homenageia o “Dia do Índio”.

É importante, pelo menos lembrar da história e dos povos que ainda restam.

É muito importante pensarmos, um momento como este, uma reflexão.

Acho que o Estado tem mostrado junto a esta Casa, alguns interesses, que foi resultado positivo aos índios.

Na área de educação, onde o Estado é o primeiro do Brasil, aonde ele dá oportunidade a 15 índios em nível universitário, e se não fosse o Governo e esta Casa, não teríamos essa oportunidade.

Temos uma assessoria para assuntos indígenas, que também está ligado a esta Casa e à própria Casa Civil.

Temos esse mestre ecológico, também um trabalho de todos os deputados na aprovação desses direitos dos povos indígenas.

Mas, ainda temos muita coisa para pensarmos e pedir a essa Casa e ao Governo do Estado que tem visto com bons olhos os problemas indígenas. São tantas, a questão social, a questão cultural, habitacional, questão ambiental, ainda o melhoramento da questão educacional que ainda falta muito, apesar de termos alcançado alguns espaços até junto à Secretaria da Educação, colocando um índio, o Sauri, para ser um representante indígena, conhecedor dos problemas e também já com uma escolaridade à altura para que possa discutir, junto com a assessoria, a problemática da área da Educação sobre os índios.

Queremos, três dias após o 19 de abril, apelar a esta Casa, como eu disse que tem muita coisa ainda para se fazer, mas eu gostaria de apelar como liderança indígena, porque a maioria me conhece, porque eu sempre estive junto e ligado, a permanência do novo rumo da política, o ano que vem, talvez novos deputados ou reeleição de alguns deputados, do próprio Governo do Estado, do Senado do Estado, apelar a vocês que sempre esteja com vocês essa mentalidade de votar nas questões

indígenas. É preciso, porque nós mesmos temos representantes - não índios nesta Casa, mas temos representantes amigos que sempre olharam a comunidade indígena do Estado do Paraná bem vista, e procurando acertar o erro que não se acertou durante os 500 anos. Acho que os outros 500 anos serão um problema muito difícil, porque os 500 anos que passaram, sabemos, mas os outros 500 anos que estão por chegar, não sabemos.

É preciso apelar a todas as autoridades, sejam elas do município, do Estado ou da União, que pensem um pouco mais sobre as questões indígenas. Os problemas são diferentes, os Estados são diferentes, os municípios são diferentes, o trato com a questão é diferente. A Funai em si é um órgão governamental, mas com poucos poderes de ação por falta de um orçamento, por falta da aprovação do Estatuto das Comunidades Indígenas que já está aí há quase 11 anos engavetado, sem que se tome um rumo, onde parece-me até, que os índios têm uma proposta, a Igreja tem uma proposta, o governo tem uma proposta.

Quero agradecer a todos vocês a oportunidade que nos deram.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o cacique caingangue Moisés Lourenço.

O SR. MOISÉS LOURENÇO
(Fala na língua indígena)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o senhor Antônio Ribeiro, presidente do Conselho Indígena do Norte do Paraná.

O SR. ANTÔNIO RIBEIRO

Primeiramente, muito obrigado, caros deputados que estão presentes aqui, da comunidade indígena, porque nós fomos chamados.

Primeiro, quero falar que estou me sentindo tão triste e talvez tão feliz também. Mas, quero falar do meio ambiente, porque acho que o índio tenta conservar a natureza. Quero que os deputados enxerguem o meu direito e reconheçam que a gente tenta conseguir o direito da gente. Quero um projeto na minha, em todas as aldeias indígenas do Paraná inteiro, porque cada reserva tem o seu problema. Tenho o meu problema na minha área, os outros também têm os problemas deles, mas eu acho que o índio também tem que brigar pelo direito dele.

Então, acho que a primeira coisa, a cada área faz cada projeto para o ambiente para reflorestamento, araucárias, eucaliptos, pinus. Esta a minha vontade, porque o branco já acabou o que tinha. Ainda o índio tenta preservar o resto que tem e eu quero sempre preservar o restinho que nós temos e também o que se foi. Acho que a culpa não foi do índio, porque na época de 35, a área dos índios era grande. Hoje, cada índio mora num pedacinho

de terra, mas por causa do branco que fez isso, porque antes, de 45, em 1930 as nossas áreas da reserva Apucarantina, era de 37 mil alqueires, hoje nós estamos com 3 mil e 500 e 14 alqueires. Mas quem deixou pequeno? Não foi o índio, foi o branco!

Então, era isto que eu queria falar. E também quero falar deste plano de doze meses que está para sair. Eu tenho 42 anos, mas há muito tempo que me prometem, que eu também sou gente igual ao branco. Eu tento negociar dentro da minha aldeia, mas não consigo, porque eu sou índio e quero ver esses índios saírem em todas as áreas indígenas do Paraná, porque faz muito tempo que prometeram essas casas para nós, para nossa moradia, porque nós sabemos que a moradia também faz parte da saúde.

Acho que o branco sempre fala para mim, quando ele me enxerga, ele fala para mim, você não pode perder sua cultura, você tem que ficar morando naqueles ranchos de madeira, mas eu acho que não é isto não. Acho que tenho o direito igual ao branco, como também eu sou o primeiro brasileiro.

Isto eu quero ter orgulho de falar aqui na Assembléia, junto com os deputados, que enxerguem por mim, chega de me judiar, porque sofro lá com minha comunidade. Isto eu quero dizer para vocês porque sempre o branco fala para mim, você é o primeiro brasileiro e você tinha que ser mais apoiado. Sempre eu escuto isto, mas só que o índio é calado. Se um branco disser isto para ele, ele acredita. Agora, o branco, não!

Ele debate, ele faz seus debates e sempre talvez até falando mal do índio, que o índio não trabalha, não sei quê, mas o índio não tem financeiro como o branco tem; ele não tem esse financeiro como o branco negocia com o branco, negocia com o Brasil. O índio não tem.

Então, eu quero ter a minha casa, quero que meus amigos das áreas indígenas do Paraná que sejam construídas essas casas para eles.

Também nós temos problemas sobre o ecológico que também tem os prefeitos que estão querendo segurar esse dinheiro que foi repassado para as áreas indígenas. Acho que um prefeito que faz isto não quer administrar o índio, ele quer massacrar o índio, eu penso isto comigo, porque se ele não quer repassar que é o direito do índio, para mim um prefeito desses não gosta nem do pai dele, porque se ele faz isto, porque um dinheiro que é meu ele dizer “ah, eu não posso repassar”, isso para mim não podia ser um prefeito.

Então, me sentindo magoado sempre e triste, nesta hora eu falo isto e é isto que eu queria falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Inscrito no Grande Expediente para fazer a saudação em nome da Assembléia, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero inicialmente fazer uma saudação especial aos meus amigos índios que estão presentes, saudando também o assessor especial para Assuntos Indígenas do Paraná, meu amigo Dívio Batistelli, um verdadeiro guerreiro na luta pelas causas indígenas.

Quero também fazer uma saudação ao índio caingangue Neli, presidente do Conselho Indígena Regional de Guarapuava; ao índio caingangue Sauri T. Manoel Antônio, professor bilingüe, filósofo e servidor da Secretaria Estadual da Educação; ao índio guarani Jair Carai Rodrigues, professor bilíngüe, professor da Associação Guarani do Litoral Paranaense; ao índio caingangue Antônio Ribeiro, presidente do Conselho Indígena Estadual do Paraná; ao meu amigo e conterrâneo, índio caingangue, Pedro Cornélio Seg Seg (?), vice-presidente do Conselho Nacional dos Povos Indígenas. E dizer da nossa satisfação, nesta data, da comemoração do Descobrimento do Brasil, no dia 22 de abril.

Quinhentos e dois anos se passaram, senhores deputados. No dia em que comemoramos o Dia Mundial da Terra, onde alguns avanços foram conseguidos nos últimos anos, motivo de comemoração, certamente, para os ecologistas de todo o Brasil e de todo o mundo.

Certamente, se existe um povo que não tem absolutamente nada para comemorar, são os nossos índios. Foram 502 anos, eu poderia dizer, que os nossos índios foram espoliados e, em algumas localidades até massacrados, principalmente, os índios do Sul do Brasil.

Em particular, eu gostaria de falar sobre a situação dos índios do Paraná, a qual tenho acompanhado uma comitiva formada pela Assembléia Legislativa, onde visitamos as dezessete áreas indígenas localizadas no Estado do Paraná. Pudemos constatar, a triste realidade que vivem os povos indígenas do Paraná.

Se não fossem trabalhos isolados de pessoas abnegadas, como é o caso do meu amigo Dívio Batistelli, assessor especial de Assuntos Indígenas do Governo do Estado, como também o apoio de alguns secretários de Estado, de algumas entidades, certamente, os índios do Paraná - tenho certeza absoluta, principalmente, como disse do sul do Brasil - estariam passando por extrema dificuldade.

Quando falo dos índios do Sul do Brasil - foram exatamente os índios que tiveram suas áreas reduzidas. Estive, agora, recentemente, na Amazônia, onde ainda os índios conseguiram demarcar as suas áreas e ainda conseguiram permanecer ou manter as suas áreas praticamente intactas, e áreas de extensão territorial. Mas, aqui no Sul do Brasil, os índios cada vez mais estão tendo as suas áreas reduzidas. Logicamente que a população aumenta gradativamente e os problemas se agravam dia a dia.

Temos no Estado do Paraná, para que os senhores tenham uma idéia, 10.550 índios: 7.500 cainganges; 2.700 índios guaranis; e 37 índios xetás. Algumas conquistas foram conseguidas recentemente e quero aqui, em meu nome e em nome de todos os índios do Paraná, agradecer a todos os deputados. Tive a oportunidade e a honra

de apresentar dois projetos de lei que beneficiam os índios do Paraná. Esses projetos foram aprovados por unanimidade, deixando de ser um projeto do deputado Cezar Silvestri, para ser um projeto, uma lei da Assembléia Legislativa, a lei que fez com que os 17 municípios que possuem áreas indígenas recebam royalties ecológicos. Fizemos essa lei, essa lei foi aprovada em 1990, e infelizmente alguns prefeitos que demonstram total falta de sensibilidade, não repassavam os recursos para as áreas indígenas.

Por esta razão fizemos uma nova lei, um novo projeto de lei que foi sancionado pelo governador do Estado, que determina que 50% dos recursos destinados ao município, por possuírem áreas indígenas, sejam repassadas às áreas indígenas, e recebi com tristeza a notícia que um prefeito entrou com uma ação no Supremo Tribunal alegando a inconstitucionalidade da lei e querendo se recusar de passar 50% dos recursos, sendo que ele recebe esse recurso por lá estar, por lá existir uma área indígena.

Também graças a esta Casa, apresentamos um projeto que hoje é lei, que faz com que as nossas universidades estaduais destinem 3 vagas para o índio do nosso Estado, ou seja, nós temos 5 universidades estaduais e com a nossa lei, 15 índios terão acesso às universidades todos os anos.

Mas o mais importante de tudo isso, que nós tivemos o primeiro vestibular indígena que foi feito na Unicentro, na Universidade do Centro do Paraná, sediado em Guarapuava, onde 80 índios participaram do 1º vestibular, e o que nos deixou bastante feliz é de que algumas universidades particulares vendo esta iniciativa também abriram vagas gratuitamente para que nossos índios pudessem ter acesso às universidades, e nós já estamos com 36 índios fazendo cursos universitários em todo o nosso Estado.

Recebi recentemente, senhor presidente, por parte de mais 12 Estados da Federação, pedido de uma cópia desta lei e mais três países da América Latina que também pediram cópia e que têm interesse de implantar leis semelhantes para beneficiar os índios de toda a América Latina.

Por isso, eu quero aqui, como disse, em meu nome e em nome de todos os índios do Paraná, agradecer a esta Casa.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Cezar Silvestri, V. Exa. fala em nosso nome, em nome da Assembléia Legislativa saudando esse povo que foi o primeiro povo a habitar o nosso país.

Eu também quero parabenizar V. Exa. e cumprimentar as lideranças indígenas aqui representadas, pelos caciques, professores, pelo professor, grande estudioso, o Batisteli, o homem apaixonado pela causa indígena, com quem tive oportunidade de conversar e umas aulas em relação aos índios, e ver que o Paraná, V. Exa. está fazendo aí uma descrição sobre a história do índio no Paraná.

Nosso Estado tem 17 áreas indígenas, na nossa região temos lá, onde V. Exa. também atua politicamente, diversas áreas indígenas. Na verdade, o índio tem as carências que não são supridas nem pela Funai, porque hoje é um órgão que não recebe atenção do governo federal, é desprestigiada e não cumpre com o seu papel de apoiar o índio, e o governo do estado também. Está ali o professor Batisteli lutando bravamente para poder fazer alguma coisa em favor do índio, mas sem o apoio que deveria ter.

O governador Jaime Lerner no início do seu primeiro mandato, construiu 2 casas da cultura nas reservas indígenas, uma de Mangueirinha e outra não me lembro exatamente aonde. Levou cinquenta e poucos jornalistas do mundo inteiro, dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França para dar uma noção de que a partir daquele instante o Paraná iria dar um valor extraordinário à causa indígena. Infelizmente ficou só naquela obra; nada mais se fez pelo índio do Paraná, e mesmo aquelas casas, eu pude visitar uma recentemente, e elas foram completamente abandonadas, daquilo que deveriam exercer para os índios.

Quero cumprimentá-lo e dizer que lá na região de Nova Laranjeira, de Espigão Alto do Iguaçu, aonde tem a reserva do Rio das Cobras, aonde vivem as tribos guaranis e caingangues. Nós fizemos uma proposta uma época para o secretário do Meio Ambiente Hitoshi Nakamura para ser construído ali um centro comercial, nas margens da rodovia, para que os índios pudessem expor os seus trabalhos artesanais, porque eles são extraordinariamente talentosos nesta área artística. E que eles tivessem ali um local adequado para expor e não ficar hoje, do jeito que vivem, às margens da rodovia, correndo risco de vida, as crianças, os índios, as índias esparramadas daquela forma, como pessoas totalmente desprotegidas e desamparadas.

O governo fez também o anúncio de que iria construir o centro comercial, mas ficou tudo no papel, tudo na promessa. Estão lá os índios vivendo abaixo da linha da miséria. Como disse aqui o cacique, na verdade ele quer a casa, porque nós observamos, ao passar pelas rodovias, a situação precária dos índios, que vivem em verdadeiras favelas, tendo uma péssima qualidade de vida.

Esses índios que deveriam ser respeitados por nós, porque eles disseram aí, que foram os brancos que os colocaram nessa situação de miserabilidade e que os brancos não os protegem, não lhes dão o que deveriam dar.

Quero parabenizar V. Exa., que conhece muito bem a causa indígena, e também estou aqui falando nesse momento em nome do deputado Orlando Pessuti, que foi quem propôs a homenagem aos índios e que infelizmente, hoje, não está aqui, mas pediu que nós falássemos em seu nome. Gostaria que V. Exa. também o fizesse. O deputado Orlando Pessuti é um apaixonado, também pelas causas indígenas. Dizer aos índios, que nós aqui da Assembléia, através das suas proposições, esses dois

projetos de lei foram aprovados, foi no sentido de ajudá-los. Mas, talvez, nós precisemos estudar mais e fazer mais pelos índios para poder mantê-los intactos, manter as suas culturas, manter as suas vidas para a grandeza e para o progresso do nosso Estado.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Muito bem lembrado pelo deputado Nereu Moura, eu sou testemunha que o deputado publicamente há alguns dias atrás, se manifestou pela necessidade da criação de um centro comercial às margens das rodovias para que os índios pudessem vender os seus artesanatos. Teve o apoio total desta Casa, e como eu sempre tenho dito, a Assembléia Legislativa tem se mostrado extremamente sensível à causa indígena. E também, foi extremamente oportuna a vossa intervenção deputado, que lembrava que o autor do requerimento, para que nós tivéssemos a Sessão Solene para comemoração do Dia do Índio na data de hoje, foi o deputado Orlando Pessuti, que infelizmente não pode estar presente.

Eu, inclusive, estava com ele acompanhando-o em Manaus, quando o seu filho teve um problema de saúde, teve necessidade de fazer uma cirurgia de emergência e ele está acompanhando o seu filho e logicamente não poderia estar aqui conosco. Lamenta! Pediu que eu o representasse nessa ocasião.

Entre as conquistas que os índios do Paraná tiveram recentemente, acho que é importante frisar, é a Proteção Ambiental das terras de Manguaçu.

Lá nós tínhamos invasores, podemos dizer dessa forma, que lá permaneceram durante 35 anos. Novecentos e dez brancos que lá estavam explorando as matas, explorando mais uma vez os índios e, realmente foi uma luta muito grande a uma conquista importante que os índios conseguiram agora, recentemente, com a liberação total dessa área para os seus verdadeiros donos. Também, o início dos trabalhos para definição das terras indígenas em Umuarama e em Laranjeiras do Sul.

A demarcação e a escolha dessas áreas estão sendo feitas e a nossa expectativa é que muito em breve os índios tenham a sua área demarcada.

O Sr. Valdir Rossoni

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Quero cumprimentá-lo por estar falando em homenagem ao Dia do Índio e é sempre importante nós fazermos um pequeno debate sobre a questão indígena do Paraná e muitas das críticas que são feitas, são verdadeiras e nós precisamos dar uma melhor atenção ao índio, em especial no Paraná, que é a nossa responsabilidade. Nós, homens públicos temos essa responsabilidade.

Quero responder ao deputado Nereu Moura, porque quando ele fala, quanto à questão do índio, e ele tem dificuldades em se dirigir ao governador Jaime Lerner. Não sei se é oposição ou raiva do governador, mas na verdade não acho que seja oposição, mas que ele não caiu na

simpatia do deputado Nereu Moura, porque poderia se fazer uma oposição menos com o fígado e mais com o coração e mais com a possibilidade de contribuir com as suas críticas para o melhoramento da atuação do governo na questão do índio.

Eu poderia colocar uma questão que ficaria fácil para que eu e o deputado Nereu Moura - e eu não sou líder, não sou nada, mas por uma questão de lógica eu tenho que colocar a minha posição. Eu faço uma proposta e claro que não cabe, neste momento, fazermos esse debate. Poderíamos marcar uma data e o deputado Nereu Moura, que criticou o governador Jaime Lerner com relação aos índios do Paraná, eu queria que pudéssemos traçar um parâmetro entre o que o governador Requião fez como governador, para os índios do Paraná e o que o Lerner fez, para que pudéssemos fazer um comparativo, porque é a melhor forma de você estabelecer o contraditório, mas eu recebo do assessor especial para assuntos indígenas, alguns benefícios que ocorreram nos últimos meses e é importante que se ressalte. Por exemplo, hoje no Paraná, tem 26 escolas com 105 professores bilíngües. Nunca no Paraná um índio se formou no 3º grau. Hoje, tem 36 estudantes universitários. Só no último mês e está aqui o cacique Moysés, no mês de dezembro, sua aldeia recebeu 214 mil reais do "Paraná Doze meses".

Este relatório o assessor para assuntos indígenas escreveu em cima do joelho e se fosse relatar, eu ficaria vários minutos me reportando a essas questões. Eu digo a V. Exa. que acho que é pouco. Por mais que se coloque nesta lista, eu acho que é pouco pelo que o índio merece, mas temos que ter cuidado e, além do cuidado, poderíamos fazer críticas construtivas para realmente aproveitar este dia, para que pudéssemos dar uma sugestão para que o governo melhorasse a sua atuação, mas eu não tenho dúvida nenhuma, deputado Silvestri que, entre o governo Lerner e o governo Requião, é incomparável a atuação junto aos índios do Paraná.

Cumprimento V. Exa. e ao deputado Orlando Pessuti, por ter lembrado de fazer essa homenagem e por isso estou atentamente aqui ouvindo o seu pronunciamento.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Quem agradece sou eu, deputado Rossoni, mas acredito que a causa indígena não tem cor partidária. Muito bem disse V. Exa. que se o governo Jaime Lerner fez, eu sou testemunha que realmente fez, mesmo sendo deputado de Oposição, disse claramente que não teria constrangimento nenhum de agradecer ao governador, inclusive quando ele sancionou uma lei de minha autoria, que beneficia a todos os índios do Paraná.

Mas sem dúvida alguma, essa é uma causa que não tem cor partidária. Acho que se foi feito, foi feito muito pouco. Acho que os governantes deveriam olhar os índios do Paraná, os índios do Brasil, a causa indígena com muito mais carinho, com muito mais respeito.

Sem dúvida nenhuma, todos nós homens públicos e faço aqui até uma convocação a todos os meus amigos

deputados, que procurem se interessar, procurem conhecer a realidade da causa indígena, a realidade da situação inclusive dos índios nas suas regiões.

Tenho certeza absoluta, se vocês perderem uma manhã das suas vidas vocês também serão advogados da causa indígena.

Aquela idéia, deputado Nelson Justus, de que o índio é um alcoólatra, de que o índio vive nas favelas, que vive nas cidades pedindo esmolas, que vive perambulando pelas ruas, não é a realidade. A exceção não pode ser regra. O índio, na verdade quer igualdade de oportunidade, ele quer a oportunidade de ser tratado como cidadão, um cidadão brasileiro. E ninguém, não há cidadão, não há ser humano, que tenha mais direito de ser tratado com dignidade, com respeito, com cidadania, que os nossos índios. Nós viemos para cá há 502 anos atrás, na verdade nesses 502 anos a história tem dito, que nos temos espoliado, nós temos massacrado, na verdade procurando alienar os índios de todos os processos inclusive até da sua vida cultural, sem falar do processo produtivo, econômico e é exatamente isso o que eles querem, continuar mantendo suas tradições, mas também ter a igualdade de oportunidades para que possam ingressar no mercado de trabalho, poder realmente ter acesso à educação, que acho que é através da educação que nós vamos dar essa igualdade de oportunidade. E, logicamente, relatar também a grande dificuldade que as áreas indígenas vivem com a falta de recursos públicos. Não é só de recursos públicos, vemos aí tantas ONG's preocupadas com o meio ambiente, preocupadas com vários outros segmentos e poucas se preocuparem com a causa indígena.

Acho que se todos nós tivéssemos essa visão de que realmente os índios merecem o nosso respeito, o nosso apoio, e como disse eles não querem mais viver com o pires na mão, pedindo favor, pedindo esmolas, eles querem ter acesso a projetos de integração à sociedade paranaense e brasileira na área da agricultura, na área da pecuária, na área do artesanato, na área do reflorestamento. Eles tem algumas experiências extremamente bem sucedidas de presenciar, quando criança, eu lembro quando meu pai foi prefeito, em 1968, em Guarapuava, iniciou-se lá um projeto de reflorestamento na área indígena, que hoje está aí, com mais de 30 anos, e que vai ser a base e o sustento, tenho certeza absoluta, de toda aquela área indígena. E vários outros projetos de reflorestamento, que poderiam ser feitos, se tivessem apoio do governo, tanto estadual, federal quando municipal, poderão dar certo, tenho certeza absoluta. Mas, falta este apoio.

Tem um projeto que está tramitando na Secretaria de Agricultura, onde os índios querem montar uma indústria para engarrafamento de água mineral, dentro de uma área indígena. É um projeto extremamente inteligente, interessante, que também preserva o meio ambiente e que dá oportunidade para que eles possam se desenvolver. Falta, realmente, a liberação destes recursos através do programa Paraná Doze Meses ou de qualquer

outro programa do Governo do Estado. Outros querem, numa área indígena, fazer uma fábrica de cerâmica, uma olaria. Enfim, todos eles procurando alternativas para não ficar dependendo de órgãos governamentais. Todos eles procurando alternativas para poder viver com dignidade e respeito.

Por isso, senhor presidente e senhores deputados, com muito orgulho substituo nesta tarde o deputado Orlando Pessuti. Quero parabenizá-lo por esta iniciativa em fazer esta Sessão Solene, em comemoração do Dia do Índio, que ocorreu no último dia dezoito, e logicamente pedir, como sempre tivemos, mas não canso de pedir o apoio de todos os senhores deputados, do Governo do Estado, do Governo Federal, para que possam ajudar nossos irmãos índios de todo o Paraná e de todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de entrarmos no Grande Expediente, no Horário das Lideranças, queremos agradecer a presença das lideranças indígenas, porque esta Casa sempre estará aberta para recebê-los. E que possamos juntos, estudar e apresentar projetos para melhorarmos a condição do nosso índio paranaense.

Muito obrigado pelas suas presenças, em nome de todos os Parlamentares.

Suspendemos a Sessão por alguns minutos, para que os senhores parlamentares possam cumprimentar nossos dirigentes indígenas do Paraná.

(**Suspensa a Sessão**).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está reaberta a Sessão.

Horário as Lideranças, PL, PSC, PSL, PPS, PDT.

(**Declinaram**).

PT. Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Tivemos, agora há pouco, a informação de que no município de Colorado está tendo uma greve dos professores municipais, 100% estão fazendo greve, e uma parte dos demais servidores da prefeitura, e o clima está bastante tenso no município, por conta de que a prefeitura, através de sua prefeita, mandou baixar o salário em torno de 5%.

O sindicato entrou com uma ação judicial e a Justiça determinou à prefeita que devolva o dinheiro dos servidores e ela não está devolvendo.

Este impasse está desde o ano passado. Então, estão em greve com uma certa justificativa legal. Parecer que a coisa está bastante complicada no município de Colorado.

Então, aproveito a oportunidade de manifestar a nossa solidariedade, que será repassado àqueles professores, já que eu também fui professor da rede municipal e

sei com que poucos recursos nós conduzimos a instrução pública e, pior ainda, quando o nosso orçamento já está estourado, ainda vem uma determinação de baixar 5%.

O Sr. Durval Amaral

Só a título de esclarecer, pois a constatação que o senhor faz na tribuna é verdadeira, para enriquecer esse seu pronunciamento para dizer que a prefeita Cidinha, lá da cidade de Colorado, quando assumiu a prefeitura os professores e os demais servidores municipais estavam há 5 meses sem receber os salários e hoje, apesar dessa redução, os salários já estão em dia.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Mas o que me traz a tribuna, deputado Durval Amaral é na verdade fazer uma cobrança ao governo do Estado, porque enquanto nós estávamos no período de recesso o governo usou um horário oficial na televisão e anunciou, pomposamente, que estaria fazendo um plano gratuito, um plano revolucionário e que iria atender todos os servidores estaduais, extinguiria o IPE e no seu lugar colocaria um plano que seria maravilhoso para todos os servidores. O que temos hoje do plano de saúde? Temos uma central telefônica disque 0800. É isso que temos. Na licitação, ela foi desértica. Não apareceu nenhum hospital do interior do Paraná. Na Capital, só apareceu o Hospital Evangélico. O governo diz que reservou 80 milhões para ser investido nesse plano. O governo não quis apressar a aprovação do projeto no ano passado. Esse ano não insistiu na aprovação, baixou por decreto. O Governo na verdade está fazendo o papel de “vamos fazer o plano de saúde, mas na verdade não o temos”, com isso ele mantém os servidores na expectativa e não gasta o dinheiro dos servidores e, também, deixa o IPE para ser extinto.

Hoje, começou no Hospital Evangélico, senhores deputados, segundo a informação da Associação Médica que está atendendo emergências no Hospital Evangélico, dia 30 recebe, mediante uma nota de pré-pagamento 18 reais por servidor, dá em torno de 2 milhões 640 mil reais aqui em Curitiba. Recebe com antecipação, mediante nota. O governo está sem nenhum plano. O decreto é inconstitucional. Mesmo que valesse ele não conseguiu ser implementado. O governo não quer implementar plano nenhum. O governo não vem dizer aos servidores o que vai fazer com isso tudo. Não faz nada. Só fez propaganda. Não tem nenhuma ação concreta para o servidor público estadual.

Nós da Oposição queremos um serviço de qualidade para os servidores públicos estaduais, nem que seja em caráter emergencial. Não dá para continuar com essa enganação aos servidores!

O governo faturou na publicidade, na mídia dizendo que iria fazer um plano revolucionário. O governo enganou a todos, inclusive há muitas suspeitas de que ele estaria a implantar um plano, desde que tivesse resultado para financiamento de campanha.

Talvez seja isso, está procurando o melhor momento de fazer esse plano valer a pena.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Quinta-feira da semana passada o Supremo Tribunal Federal versou sobre ações diretas de inconstitucionalidade promovidas por alguns partidos em relação às coligações das eleições deste ano.

O fato é que o cenário político brasileiro estava em passo lento aguardando uma definição da Justiça Federal brasileira, até que na quinta-feira o STF decidiu que fica como está.

Portanto, as coligações serão verticalizadas. Os partidos terão uniformidade a nível nacional e de diretórios estaduais.

E como que fica o PMDB no Paraná, tendo em vista essa decisão do Supremo Tribunal Federal avaliando uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral?

Nós do PMDB do Paraná, já definimos que vamos ter candidato próprio, que o senador Roberto Requião será o candidato do PMDB. Infelizmente, não iremos ter a possibilidade de fazer alianças com partidos que gostaríamos, mas o PMDB tem seis minutos por bloco no horário eleitoral, tempo suficiente para que o nosso candidato possa fazer a explanação da nossa proposta política. E por isso mesmo, o PMDB do Paraná está colocando a campanha na rua, está percorrendo o Paraná, e nós com essa decisão da Justiça Eleitoral e da Justiça Federal brasileira, arrumamos as malas e vamos a campo sem ter a ilusão de que no primeiro turno faremos qualquer tipo de coligação.

Não será possível, como eu disse, nos coligarmos com partidos com os quais desejávamos, que têm aqui no nosso Estado do Paraná uma linha política próxima da nossa atuação política.

Desta forma, enseja, senhor presidente, que nós do PMDB, em coligação, iremos para campanha eleitoral com candidatura própria, porque o PMDB, como tenho dito aqui nesta tribuna, é um Partido organizado nos 399 municípios do nosso Estado, um Partido com uma militância fantástica, com uma estrutura extraordinária, o que permite, tranqüilamente, sustentar qualquer candidatura sem a necessidade de fazer coligação.

Vamos deixar a coligação para o segundo turno das eleições governamentais. Vamos, aqui no Paraná, se a eleição for para o segundo turno, e aí então sentaremos com os demais partidos com quem temos afinidade, para elaborarmos ou para acertarmos uma caminhada em conjunto.

A decisão do nosso partido, tendo em vista essa decisão da Justiça, que por sinal é uma decisão esdrúxula, inconveniente no momento que muda as regras do jogo com a partida em andamento, no momento que faz uma obrigação, quando o primeiro tempo da partida já estava iniciado.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Um minuto para V. Exa. concluir seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA

Mas, nos resta respeitar a decisão da Justiça e trabalharmos para ganharmos as eleições.

Vamos usar dessa máquina que é o nosso Partido; da estrutura que o PMDB tem da nossa militância; do povo do Paraná que tem, sim, saudade da época que o PMDB governava o nosso Estado, para colocarmos a campanha na rua já nos próximos dias e levarmos o nome do senador Requião, que é o nosso candidato, pelo Paraná à fora, imaginando já, como eu disse, sem a possibilidade de coligações, porque uma vez que o PMDB, a nível nacional, fará coligação com o PSDB, e aqui no Paraná o PSDB faz parte do bloco de sustentação ao governador Jaime Lerner, e dele queremos distância, muita distância, um milhão de quilômetros de distância.

Não queremos proximidade com ele. Queremos absoluta distância e quem estiver com o governo Jaime Lerner, não está conosco.

Porque para mantermos a nossa coerência, iremos a todos os lugares mostrar a cara desse governo, cara que por sinal é suja, marcada pela infelicidade.

Por isso ao PMDB não restará outra alternativa no Paraná, a não ser disputar a eleição sem coligações com Partidos com os quais nós queríamos e desejávamos, como seria o caso do PDT, do PT, do PV, do PPS, do PC do B, do PL, esses Partidos que nós temos aqui nesta Casa e no Paraná à fora, trabalhando juntos por um Paraná melhor, decente, progressista e justo socialmente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

PFL com a palavra. Não há inscrito. PTB, Liderança do Governo, Liderança das Oposições, passa-se à Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Consulto a Oposição se posso usar a Liderança das Oposições.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Tendo em vista a concessão da Liderança, damos a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Esta semana, no interior do Estado, foi bastante movimentada, especialmente, por onde passou o senhor governador Jaime Lerner.

A minha cidade, Ibiporã, teve o privilégio de receber o governador, porque sempre é uma festa quando se recebe o governador em uma cidade. Ainda mais, quando ele vem trazer recursos, quando ele vem para possibilitar

os meios físicos do desenvolvimento de uma comunidade.

Mas lá, como em outras comunidades do Paraná, pelas quais passa o governador e sua comitiva, tem as suas dificuldades. E lá, como na cidade de Colorado, mais ao norte do Estado o governador não teve a simpatia ou não se sentiu tão simpático e à vontade, como em algumas cidades.

Foi recebido, ou esperavam o senhor governador no Cine-Teatro Padre Zanelli de Ibiporã, alguns professores da rede pública municipal, alguns funcionários públicos municipais e algumas lideranças da região, que normalmente, acompanham esse governo, como acompanharão outros, como já acompanharam os que passaram.

E o governador, que foi informado de que a APP Sindicato estava a postos para recebê-lo e dar-lhe as boas vindas, recusou-se a ir ao Teatro Padre José Zanelli, aonde aguardavam os seus convidados e também os funcionários públicos do Paraná, há quase 7 anos, sem receber nenhum tipo de correção salarial de base.

E para meu espanto, senhor presidente, eu que me encontrava junto com o Pessuti, junto com o Cezar Silveiri, junto com o Ademir Bier, junto com Luciana Rafagnin, em Brasília, acompanhando a CPI dos Alimentos, onde tivemos uma audiência pública no Auditório Nereu Moura com a presença do relator da CPI Nacional, o deputado Moacir Michelleto, do nosso Estado, o deputado Nelson Omir, que é presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, e recebo, quando chego a Ibiporã a informação de que o governador foi à imprensa e disse que não cairia em uma armadilha do deputado José Maria Ferreira depois de trinta anos de vida pública!

Equivocado estava, se assim ele se comportou, porque lá não estive, não organizei, porque se tivesse organizado algum movimento, primeiro eu estaria à frente; segundo, teria mais faixas: teria faixa contra o pedágio; teria faixa contra a Copel; teria faixa contra a corrupção; teria sim, uma faixa contra o secretário do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, onde o Tribunal o acusa de desvio de 22 milhões de reais, todos esses com a convivência do senhor governador.

Não precisava ele que o deputado José Maria fosse lá organizar, mas foi a própria indigestão do seu governo em relação aos funcionários é que o fez ser mal recebido e ser “persona non grata”, em muitas partes do nosso Estado. E lá, senhor presidente, senhores deputados e deputada Luciana, se em toda a cidade do Norte do Paraná não compareceram os professores, é porque o governador Jaime Lerner se desloca no helicóptero pago a preço de ouro, os R\$58.000,00 por mês e os professores se deslocam de ônibus.

É por isso que nem todos, deputado Luiz Carlos Zuk, nem todos os momentos lá puderam estar os professores para darem as boas-vindas ao governador Jaime Lerner. Mas, com certeza ele terá a oportunidade, não só de receber bem os professores, porque amanhã diz, segundo ele, a armação foi política, porque os professo-

res o amam. É hora de o governador demonstrar o seu carinho e o seu amor à educação do Paraná e aos professores, recebendo-os para colher os seus carinhos aqui no Palácio, porque senão será montado, com certeza, mais um acampamento, e não será acampamento de sem-terra, não será acampamento de pessoas que com dificuldade de luta e que lutam pela consciência do dia e da subsistência. Mas será, sim, senhores deputados e senhores presentes a esta Sessão, daqueles que têm a consciência de que um governo mau, de que um governo perverso, de que um governo de ação temerária como a do Banestado Leasing, como a dos títulos podres só pode trazer a desgraça a um povo. E é com esta consciência que os professores, tenho certeza, foram lá receber o senhor governador.

Mas, além do recebimento, apresento a esta Casa uma série de requerimentos até para conhecer, porque estou entusiasmado com o valor e a qualidade dos convênios assinados por este governo que até há três ou quatro meses atrás editava uma cartilha: “Por que vender a Copel”. Quais as necessidades para se vender a Copel.

E uma delas dizia que o Estado do Paraná estaria ingovernável se não fizessem a venda da Copel, porque o Paraná não conseguiria pagar a sua folha de inativos e de pensionistas se não fosse vendida a Copel.

E agora, por milagre dos pães, este mesmo governo derrama ao Paraná, convênios.

E eu gostaria, senhores deputados, de conhecer o fundo perdido deste Governo. É enorme! Parece, deputado Hermas Brandão, que V. Exa. conhece um antigo prefeito da nossa região, que sempre andou atrás de um fundo perdido e V. Exa. sabe, porque já representou e representa aquele município.

Quero crer que os nove milhões, por exemplo, destinados à cidade do meu companheiro de região, deputado Durval Amaral, a fundo perdido, ou mesmo à Ibiporã, que venha! Mas, estou curioso para saber de onde vai sair o dinheiro! E quero ver se não vai ser mais um “mico” que os prefeitos vão pagar, igual àquele que pagaram em 1998 ou 1997. Precisamos conhecer.

Não sou contra o governo levar recursos ao interior, até já devia de tê-lo feito muito antes e não apenas no final do seu mandato, mas isso deveria ser uma ação de governo, não uma ação eleitoral. Devia, sim, ter feito isso nos últimos sete anos, porque aí, com certeza, teria o reconhecimento público da sua ação, da atuação deste governo que se diz moderno, mas que coloca presos em contêineres, que se diz moderno para a segurança, e em São Jerônimo da Serra, deputado Hermas Brandão, a polícia descobriu que os presos fugiram cutucando a parede com uma costela de vaca. Esta é a modernidade que temos na área de segurança, na área do serviço penitenciário.

Por isso, esses requerimentos que eu apresento, senhor presidente, é justamente no sentido de buscar conhecer. É curioso! Pela cultura cristã que tenho, eu só

conheci na história um que fez “o milagre da multiplicação dos pães”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoioimento - **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoioimento - **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Antonio Carlos Belinatti, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento - **Apoiados**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoioimento - **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 011/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Portal da Luz, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 075/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida São João Batista, de Rio Branco do Sul, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2002, de 27/02/2002).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 084/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Fica o município de Marialva-PR. denominado como Capital da Uva Fina do Paraná e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2002, de 05/03/2002).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 119/2002, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Casa de Retorno ao Lar - CRL,

com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/2002, de 18/03/2002).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 120/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Deficientes de Maringá - Apedem, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/2002, de 18/03/2002).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 123/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação Modelo de Orientação à Adolescência - Casa Marelise Cristina Borges - Amoa, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/2002, de 18/03/2002).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 130/2002, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Fundação Missionária Evangélica Oásis, com sede e foro em Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2002, de 19/03/2002).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 131/2002, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Defesa e Promoção da Família e da Condição Feminina - Sociedade Mulher, com sede e foro no município de Cianorte. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2002, de 19/03/2002).**

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 139/2002, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de São Sebastião da Amoreira, com sede e foro no município de Assaí. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2002, de 20/03/2002).**

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 161/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que denomina a rodovia Mário Ceni, a estrada que liga o município de Chopinzinho ao município de Coronel Vivida. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2002, de 26/03/2002).**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 617/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica Pesqueiro, no Rio Jaguariaíva, no município do mesmo nome. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA.

Há uma Emenda da Comissão do Meio Ambiente. Será votada a Emenda nesta Sessão.

Em votação. Os deputados que aprovam, permanecem como estão. **Aprovada.**

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 617/2001

P A R E C E R :

A presente proposição, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, tem o objetivo de autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica Pesqueiro.

A proposição já recebeu parecer favorável das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. Chamada a opinar, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente apresentou também o seu parecer favorável à mesma, na forma da Emenda Modificativa em anexo, tendo em vista que já foi procedida a emissão de Licença Prévia e Licença para instalação da usina, atendendo a todas as exigências ambientais, dispensando, com isso, o Relatório de Impacto Ambiental - Rima.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 617/2001

Fica alterado o art. 2º, do Projeto de Lei nº 617/2001, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - A construção da PCH - Pequena Central Hidrelétrica Pesqueiro, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.”

Sala das Comissões, em 15.04.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública o Centro Integrado e Apoio Profissional, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar linha especial de financiamentos para exploração de atividades comerciais junto aos pontos turísticos do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CT. COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. **Rejeitado. (Publ. no DA nº 183/2000, de 11/12/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 430/2000

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar Linha Especial de Financiamento para exploração de atividades comerciais junto aos Pontos Turísticos do Estado do Paraná.(sic)

Chamada esta Relatoria a se pronunciar, nosso parecer é contrário a esse projeto de lei, pelos seguintes fundamentos:

Parece-me de manifesta inconstitucionalidade o veículo, que tem forma de lei “delegada”, face de seus cinco artigos regularem apenas o modo de transferência do poder de legislar.

O eminente constitucionalista, professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, sobre o direito anterior esclarece que: “Delegação. A Constituição conserva princípio de inelegabilidade das atribuições conferidas a cada poder. Torna, porém, relativa essa proibição que era absoluta no texto de 1946 (artigo 36, parágrafo 2º). Realmente, como está claro no dispositivo em exame, a Constituição admite exceções ao princípio da indelegabilidade, mas apenas as exceções que ela própria prevê. A principal destas é a possibilidade do poder de legislar, autorizada no artigo 52.

Ora, a possibilidade de delegação de atribuição confiadas ao presidente da República, nos termos do parágrafo único do artigo 81.

A permissão, ainda que excepcional, de delegação, rompe com a fórmula da “separação de poderes”. Constitui entorse a esta. De fato, a delegação quebra o equilíbrio entre os poderes e, confundindo num mesmo órgão duas funções, mormente a de legislar e a de executar as leis, gera o perigo de arbítrio. Disse Montesquieu: “Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistrados, o Poder Legislativo é reunido ao Poder Executivo, não há liberdade; porque se pode temer que o mesmo monarca ou o mesmo Senado faça leis tirânicas para executá-las tiranicamente”. Claro, a objeção não se aplica às delegações *interna corporis*, sendo o direito atual ainda mais rígido na indelegabilidade”. (*in*, Comentários à Constituição Brasileira, 6ª Edição, Editora Saraiva, 1986, p.65)

De rigor a delegação é sempre forma de reduzir funções pertinentes ao Poder Legislativo, razão pela qual apenas o constituinte federal pode exercer tal poder redutor, como, de resto o fez ao prever as medidas provisórias e leis delegadas.

Ives Gandra da Silva Martins nos ensina que “em dois momentos, o constituinte outorga delegação de competência legislativa ao presidente da República: para editar medidas provisórias e para produzir leis delegadas. Aquele é um veículo excepcional, que se tornou correio por força da tradição autoritária do Poder Executivo, em um país que viveu mais períodos de exceção que

democráticos, ou da omissão do Congresso, cujos parlamentares até hoje não assumiram, nos já passados 100 anos de República, o relevante papel que deveriam desempenhar numa democracia, mesmo que presidencialista.

O outro veículo é a lei delegada. Esta tem seu sentido. Objetiva dar celeridade à ação do Executivo, mas com plena autorização do Legislativo, que confere ao presidente o direito de legislar por tempo certo e sobre matéria definida. Sua validade é incontestável até a revogação e imodificável pelo princípio da irretroatividade” (*in* Comentários à Constituição do Brasil, 4º volume, tomo I, Saraiva, 1995, p.519-520).

Sempre que um poder, por força de determinação de lei maior, receba atribuições pertinentes a outros, a democracia torna-se mais frágil, motivo que levou a doutrina, a interpretar que o poder de legislar delegado constitucionalmente deve ser interpretado nos estritos limites da delegação, não se admitindo que tais limites - exclusivos da União - sejam transferidos a Estados e Municípios, risco de violação da independência e da harmonia entre os poderes.

Ora, o próprio enunciado do projeto de lei em apreço esclarece ser uma delegação legislativa. Declara o projeto de lei “autorizar” o Poder Executivo a criar Linha Especial de Financiamento para exploração de atividades comerciais junto aos Pontos Turísticos do Estado do Paraná.

O certo, todavia, é que tal delegação normativa, que transfere do Legislativo para o Executivo o poder de normar, é flagrantemente inconstitucional nos termos aqui apresentada.

Aliás, Pinto Ferreira, ensina que “o princípio da indelegabilidade das funções orgânicas do Estado, repousa em determinados fundamentos, especialmente na doutrina de separação de poderes.

A indelegabilidade acentua e destaca o reforço da repartição funcional da soberania, a distinção de poderes conforme o discurso do Barão de La Brède, Montesquieu: “Tudo seria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos príncipes ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer lei, o de executar as resoluções públicas e aquele de julgar os crimes de dissídio dos particulares”.

Na Constituição de 1891, no artigo 15: “São órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si”. A indelegabilidade não era expressamente determinada, mas refletia-se no referido texto constitucional” (*in* Comentários à Constituição Brasileira, 3º volume, Editora Saraiva, 1992, p.353/354).

Apenas por este aspecto já se poderia inquinar todo o projeto de lei de densamente inconstitucional.

Mas não é só por isso.

O projeto de lei fere o inciso I, do artigo 135 da Constituição do Estado do Paraná que diz:

“Art. 135 - São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

O pretendido pelo deputado Plauto Miró Guimarães que deveria, além de constar no Plano Plurianual, na Lei Orçamentária anuais, bem como no orçamento do Estado, o que não foi feito. Não é possível se criar referida linha de crédito, para sua posterior inclusão nestes.

E, nem se diga que trata-se de projeto autorizatório.

No caso em tela, o projeto de lei autoriza o Poder Executivo a tomar determinada providência, que é contrária ao contido na Carta Magna.

A forma autorizatória de que se reveste o artigo 1º do projeto de lei em apreço, tem o efeito de superar a sua inadmissibilidade pela eiva acima apontada.

Assim, diante dos óbices apontados o parecer é pela ilegalidade e inconstitucionalidade do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 430/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, tem por escopo “autorizar o Poder Executivo a criar Linha Especial de Financiamento para exploração de atividades comerciais junto aos pontos turísticos do Estado do Paraná”.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Hermes Fonseca, manifestou-se contrariamente à aprovação do presente projeto, alegando que há delegação de funções do Legislativo para o Executivo, que seria vedado pela Constituição Federal, contraria o artigo 135 da Constituição Estadual, onde se veda o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, além do fato de o projeto ser meramente autorizatório.

Chamado à manifestação, exclusivamente em relação ao mérito, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entendemos o caráter de empreendedorismo que o presente projeto tem, abrindo linha de crédito a pequenos empresários que ganham a vida nos diversos pontos turísticos do Estado. Se grandes montadoras receberam incentivos fiscais para aqui se instalarem, seria injusto que paranaenses que queiram empreender não fossem beneficiados com abertura especial de crédito, que pode ser autorizado pela Agência Estadual de Fomento.

Isto posto, opino favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE TURISMO PROJETO DE LEI Nº 430/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 430/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, autoriza o Poder Executivo a criar Linha Especial de Financiamento para exploração de atividades comerciais junto aos pontos turísticos do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça se manifestou pela inconstitucionalidade e ilegalidade da matéria.

A Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao mérito do projeto de lei.

O turismo é setor em expansão no Brasil, gerando empregos e levando o progresso para as localidades onde se encontram as atrações. Principalmente o turismo ecológico vem crescendo no país e o Paraná possui belezas naturais que devem ser melhor aproveitadas.

Os negócios de turismo no Brasil já representam 4% do PIB, com influência em 52 segmentos diferentes da economia. A indústria do turismo está investindo US\$6 bilhões na construção de “resorts”, hotéis e pousadas, criando 140 mil empregos diretos e 420 mil indiretos.

Os incentivos fiscais estão cada vez mais raros, sobretudo em se relevando o exercício de remanejamento de verbas exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Contudo, deve o Estado do Paraná desenvolver seu potencial turístico e essa proposição poderá ajudar nesse sentido.

Sob o aspecto do mérito, competência de análise desta Comissão, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 430/2000.

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(aa) CHICO NOROESTE - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/2001, de autoria do deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a firmar acordo com o Estado do Amazonas, com o objetivo de implantar um pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus no município de Foz do Iguaçu. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07.08.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 328/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre deputado Chico Noroeste, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a firmar acordo com o Estado do Amazonas, objetivando implantar um pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus, no município de Foz do Iguaçu.

Importante salientar que a proposta não objetiva criar uma área de livre comércio a exemplo da Zona Franca de Manaus, matéria esta que seria de competência legislativa federal, mas tenciona promover intercâmbio e relações, no que concerne à distribuição de mercadorias entre os Estados.

Procedida a análise da proposição, enfatizando o caráter autorizatório da iniciativa, nada encontramos que possa obstar a tramitação da proposta, estando a mesma em condições de merecer a deliberação do douto Plenário desta Casa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, manifesta seu parecer favorável, opinando pela aprovação da matéria em virtude do amplo aspecto meritório da proposição.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 328/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Chico Noroeste, visa autorizar o Poder Executivo a firmar acordo com o Estado do Amazonas, com o objetivo de implantar um pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus, no município de Foz do Iguaçu.

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável das Comissões de Constituição e Justiça, e de Agricultura, Indústria e Comércio.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, não encontramos nada que possa impedir sua normal tramitação.

Desta forma, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 328/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Chico Noroeste, visa autorizar o Poder Executivo a firmar acordo com o Estado do Amazonas, com o objetivo de implantar um pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus, no município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorá-

vel da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.04.2002.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 901, de autoria do deputado Eli Ghellere com apoioamento do deputado Ademir Bier, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Prejudicado.**

Ainda, sobre o referido projeto, Requerimento nº 879, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, para que o mesmo seja apreciado pela Comissão de Orçamento desta Casa de Leis. **Aprovado.**

O SR. ELI GHELLERE (Pela Ordem)

Tem um requerimento na Mesa, do deputado Ademir Bier e Eli Ghellere, pedindo que seja retirado por dez Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esse é um requerimento aqui enviado à Comissão de Orçamento. Então, nós vamos encaminhar à Comissão de Orçamento.

Em votação o requerimento do deputado Algaci Tulio para ser encaminhado à Comissão de Orçamento. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 328/2001.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que inclui no conteúdo programático das escolas de primeiro e segundo graus; da rede pública estadual de ensino, a matéria de orçamento público. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CO. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 145/2001, de 10.10.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 513/2001

P A R E C E R :

De autoria da nobre deputada Luciana Rafagnin, o projeto em questão inclui no conteúdo programático das escolas de primeiro e segundo graus da rede pública estadual de ensino, a matéria de Orçamento Público.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 513/2001

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no conteúdo programático das escolas de primeiro e segundo graus, da rede pública estadual de ensino, a matéria de Orçamento Público.

Art. 2º - A disciplina de que trata o artigo anterior será ministrada em conjunto com outras disciplinas afins, a critério da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 513/2001

P A R E C E R :

De autoria da deputada Luciana Rafagnin, o projeto de lei em pauta inclui no conteúdo programático das escolas de primeiro e segundo graus da rede pública estadual de ensino, a matéria de Orçamento Público.

O projeto em questão já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis. Chamada a se manifestar, somos de parecer favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 27.03.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 513/2001

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 513/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que inclui no conteúdo programático das escolas de primeiro e segundo graus da rede pública estadual de ensino, a matéria de Orçamento Público.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.04.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
NEREU MOURA - Relator

Aprovado.

O SR. ADEMIR BIER (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar aqui a presença dos vereadores do município de Mercedes, Luiz Fernando, Arlindo Barbosa, Evandro Moreira, Adair L...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais desta Casa a presença desses importantes companheiros do Estado.

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 532/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde, instituir o atendimento médico homeopático, em toda a rede pública de saúde do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 149/2001, de 17.10.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 532/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Ricardo Chab, autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Saúde, a instituir o atendimento médico homeopático, em toda a rede pública de saúde do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que a matéria em tela, apresenta caráter autorizatório, onde o Poder Executivo poderá acatar ou não a referida proposta, já que o artigo 66 inciso IV, da Constituição Estadual, dispõe que a iniciativa do processo legislativo, que atribui atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública, é exclusiva do governador do Estado.

Como remédio político legislativo, remetemos a presente propositura para deliberação do douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 532/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Ricardo Chab, visa autorizar o Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Saúde, a instituir o atendimento médico homeopático em toda a rede pública de saúde do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
LUIZ ACCORSI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 532/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 532/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, autoriza o Poder Executivo, através

da Secretaria de Estado da Saúde, instituir o atendimento médico homeopático, em toda a rede pública de saúde do Estado do Paraná.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, a qual frisou tratar-se de projeto autorizatório.

A Comissão de Finanças emitiu parecer favorável a esta proposição.

Tramita também nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 664/2001, com o mesmo intuito, somente mais abrangente, porque disciplina, além da homeopatia, o serviço de acupuntura. Contudo, o referido projeto é impositivo.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 532/2001.

Sala das Comissões, em 15.04.2002.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 599/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, que institui o “Dia Estadual da Cultura e da Paz” no Estado do Paraná e adota como símbolo a bandeira da paz. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 168/2001, de 13.10.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 599/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Tony Garcia, visa instituir o Dia Estadual da Cultura e da Paz no Estado do Paraná e adota como símbolo a bandeira da paz.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 599/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 599/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, institui o “Dia Estadual da Cultura e da Paz” no Estado do Paraná e adota como símbolo a bandeira da paz.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e encontra respaldo no artigo 4º, incisos VI e VII da Constituição Federal e nos artigos 12 e 13 da Constituição Estadual.

Certamente que a criação do “Dia Estadual da Cultura e da Paz” se revela em mais um incentivo para o desenvolvimento cultural do Estado, posto que propiciará um dia exclusivo para o desenvolvimento de atividades artísticas, culturais e científicas em nossas escolas, sendo relevante para a população difundir a cultura e a paz.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 642/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que institui a semana estadual de prevenção de combate ao câncer. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 176/2001, de 27.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 642/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Ricardo Maia, visa instituir a Semana Estadual de Prevenção e Combate ao Câncer.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 642/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em análise, de autoria do nobre deputado Ricardo Maia, objetiva instituir a Semana Estadual de Prevenção e Combate ao Câncer, que ocorrerá todos os anos na terceira semana de agosto.

Durante essa semana serão realizados cursos, palestras elucidativas, orientando à população quanto às causas, sintomatologia, bem como meios de prevenção e combate ao câncer. Ações essas a serem supervisionadas pela Secretaria de Estado da Saúde.

Considerando os objetivos a que se propõe, o plano de lei em apreço é altamente meritório, merecendo aprovação desta Comissão.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à matéria proposta, opinando pelo prosseguimento do projeto de lei em tela. É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.2002.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 664/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre a criação do serviço de acupuntura e homeopatia nas unidades de saúde e hospitais mantidos pelo Poder Público ou a ele conveniados e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E ESP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 182/2001, de 04.12.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 664/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, visa dispor sobre a criação do serviço de acupuntura e homeopatia nas unidades de saúde e hospitais mantidos pelo Poder Público ou a ele conveniados e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.03.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 664/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, visa dispor sobre a criação de serviço de acupuntura e homeopatia nas unidades de saúde e hospitais mantidos pelo Poder Público ou a ele conveniados e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 01.04.2002

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
LUIZ ACCORSI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 664/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 664/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, dispõe sobre a criação do serviço de acupuntura e homeopatia nas unidades de saúde e hospitais mantidos pelo Poder Público ou a ele conveniados.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, já se manifestaram favoravelmente à tramitação da matéria em análise.

É indiscutível a larga utilização da homeopatia e da acupuntura, porque as pessoas estão buscando trata-

mento menos agressivos, mesmo que de efeito mais lento, sobretudo na medicina preventiva.

Em razão do exposto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 664/2001.

Sala das Comissões, em 15.04.2002

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 691/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que inclui o município de Sertanópolis na Região Metropolitana de Londrina. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 190/2001, de 10.12.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 691/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei, objeto desta análise jurídico-legislativa, é de autoria do deputado Durval Amaral, que visa incluir o município de Sertanópolis, na Região Metropolitana de Londrina, com a justificativa de que tal município está a 7 (sete) quilômetros da zona urbana e a 42 (quarenta e dois) quilômetros do centro de Londrina, estando integrado à área de influência daquela cidade, além de outras razões econômico-estruturais.

Fundamentação Jurídica

De acordo com a Lei Complementar 81, de 17.06.98 a qual institui a Região Metropolitana de Londrina, alguns municípios específicos, faz-se necessário Emenda Substitutiva Geral, para sanar dissentimentos na redação no tocante ao artigo primeiro e o suprimimento do artigo segundo do Projeto de Lei nº 691/2001, de autoria do senhor deputado Durval Amaral.

Procedida a análise da proposição, constata-se o atendimento dos requisitos necessários, com a ressalva que: o Poder Executivo do município de Londrina, seja consultado, para assim seguir a sua normal tramitação processual legislativa, na forma do substitutivo geral, em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.03.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 691/2001

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituída na forma do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Cons-

tituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos seguintes municípios: Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Tamarana e Sertãoópolis.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 691/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei ora em análise, de autoria do deputado Durval Amaral, inclui o município de Sertãoópolis, na Região Metropolitana de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar, no presente projeto de lei nada existe que possa impedir a sua normal tramitação.

Pelo que, esta Comissão é de parecer favorável, ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 01.04.2002

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2002, de autoria do deputado Antonio Annibelli, que institui o prêmio do mérito-universitário paranaense e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 02/2002, de 19.02.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 002/2002

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Antonio Anibelli, o presente projeto visa instituir o Prêmio do Mérito-Universitário Paranaense, a ser concedido a estudantes de instituições de ensino superior estabelecidos no Estado do Paraná.

Fundamentação

No corpo do projeto em questão encontramos dispositivos que se assim forem apresentados levará o projeto à inconstitucionalidade, tal qual o artigo 4º do projeto que atribui competência a uma Secretaria de Estado, que não compete ao legislador, por ferir o Princípio da Separação dos Poderes. Outrossim, a idéia contida no projeto acarretará despesas ao Poder Executivo na implantação do referido prêmio, como expresso no seu artigo 2º.

Conclusão

Pela análise acima realizada, entende este Relator ser necessário apresentar Emenda Substitutiva Geral com

o propósito de viabilizar a constitucionalidade do mesmo, tornando-se autorizatório.

É o parecer favorável, na forma de Emenda Substitutiva Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 12.03.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 002/2002

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Prêmio do Mérito Universitário Paranaense, a ser concedido a estudantes de instituições de ensino superior estabelecidos no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Prêmio de que trata a presente lei poderá consistir do valor correspondente a passagens, diárias e ajuda de custo para a cobertura de despesas com a participação em exposições e feiras nacionais e internacionais.

Art. 3º - Farão jus ao prêmio os alunos escolhidos anualmente, através de processo seletivo em que se avaliará:

I - a qualificação do estudante;

II - a adequação do programa à complementação do aprendizado curricular;

III - a importância do evento para o contexto econômico, científico e tecnológico do Estado.

§ 1º - Poderão participar do processo seletivo a que alude este artigo os estudantes de graduação que satisfizerem às seguintes condições:

I - estarem matriculados na segunda metade dos seus cursos;

II - alcançarem excelente desempenho acadêmico;

III - terem sido escolhidos em processo interno a que se refere o § 3º deste artigo.

§ 2º - Até 30 de agosto de cada ano, as instituições escolares previstas no artigo 1º encaminharão a relação dos estudantes que preencham as condições do parágrafo anterior sendo, no máximo, duas inscrições por curso relacionado a cada evento.

§ 3º - A Instituição que desejar inscrever candidatos deverá promover concursos internos de ampla divulgação para a escolha dos mesmos.

Art. 4º A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior elaborará o calendário anual de eventos para os fins previstos nesta lei, até 30 de junho de cada ano, correspondente ao exercício seguinte:

§ 1º - A divulgação será realizada por edital publicado no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Os eventos constantes do calendário serão aqueles considerados relevantes para a economia parana-

ense com destaque para os de natureza industrial e agrícola.

Art. 5º - Os estudantes contemplados na forma da presente lei apresentarão relatório escrito e consubstanciado do evento e, ainda, participarão de seminário público promovido pela instituição em que estiveram matriculados, para a divulgação dos resultados.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 0002/2002

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Antônio Anibelli, o presente plano de lei institui o Prêmio do Mérito Universitário Paranaense.

Fundamentação

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria na forma de Emenda Substitutiva Geral ao Projeto, transformando-o em lei autorizatória, retirando assim, a inconstitucionalidade contida no projeto original.

O prêmio aqui visado é um bom incentivo aos estudantes de imbuir-lhes o desejo de cultivar a cultura, pois não há como se ganhar a batalha da educação sem o estímulo direto ao estudante. A educação é um dos sustentáculos da sociedade moderna. Por isso, entendemos meritório o projeto em epígrafe.

Conclusão

Assim sendo, no que compete a essa Comissão se manifestar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, opinamos pelo parecer favorável, seguindo o posicionamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada. É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 002/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre deputado Antonio Anibelli, objetiva instituir o Prêmio

do Mérito Universitário Paranaense, destinado a alunos universitários, no Estado do Paraná, constituindo em custeio de passagens, diárias e ajuda de custo para participarem de exposição em feiras nacionais e internacionais.

A proposição em comento explicita em seu bojo os critérios e pré-requisitos necessários à premiação proposta, levando à conclusão de que a matéria é altamente meritória em face das finalidades colimadas.

Por oportuno, convém ressaltar que muitas ações que contribuíram para o desenvolvimento econômico e social do Estado, através do aprimoramento agrícola e industrial, nasceram no meio acadêmico. Portanto, nada mais justo e oportuno do que propiciar meios aos estudantes universitários paranaenses de modo a permitir-lhes a participação em eventos que possam contribuir para o desenvolvimento do Estado, através da mostra de novas tecnologias, que poderão ser assimiladas e agregadas à agricultura e indústria paranaense, como bem refere o § 2º, do artigo 4º, do plano de lei em análise.

Pelo exposto, o parecer é favorável, opinando pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, requerimentos nºs 889 a 896, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente - **Em Discussão**.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para anunciar nesta Sessão, já que homenageamos os nossos índios paranaenses e brasileiros, aproveito a oportunidade que chegou somente agora em minhas mãos e também anunciar aqui a contribuição que teve a empresa Itaipu Binacional, uma colocação de uma nova reserva indígena, que existe no município de Diamante do Oeste e Ramilândia, chamado Tekiha-Añetete, que abrange uma área de 1.774 hectares, onde tem mais de uma centena de indígenas, que foram retirados da reserva Vaguarani de São Miguel do Iguaçu. Foi um trabalho que envolveu vários deputados, inclusive, a minha pessoa, junto àquela empresa binacional. Há de se reconhecer que há um esforço de alguns parlamentares, nesse sentido: de trazer quem sabe um pouco daquele antigo conforto que os antigos indígenas paranaenses tinham em tempos imemoriais.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 830, de autoria dos deputados Iri-
neu Colombo e Nereu Moura, constante do expediente de
Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 865, de autoria do deputado Nel-
son Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Dire-
toria Legislativa.

Requerimentos nºs 866 e 867, de autoria do depu-
tado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Apro-
vados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 868 a 870, de autoria do depu-
tado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.**
À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 871 e 872, de autoria do depu-
tado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprova-
dos.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 873, de autoria do deputado
Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À
Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 874 a 876, de autoria do depu-
tado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.**
À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 878 e 881, de autoria do depu-
tado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente.
Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 884 e 885, de autoria do depu-
tado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprova-
dos.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 886, de autoria do deputado Elio
Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria
Legislativa.

Requerimento nº 887, de autoria do deputado Luiz
Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À
Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 888, de autoria do deputado
Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À
Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 897 e 899, de autoria do depu-
tado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprova-
dos.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 900, de autoria dos deputados
Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Tureck, Neivo Beral-
din, Luciana Rafagnin e demais senhores deputados,
constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legis-
lativa.

Queremos participar aos senhores parlamentares,
que logo mais, às 17h00, acontecerá uma Sessão
Solene de outorga de Título de Cidadania Benemérita
do Estado do Paraná, ao jornalista Luiz Alfredo Malu-
celli.

Ficam, então, todos os parlamentares convidados a
participar dessa Sessão Solene, que homenageia esse
importante jornalista do nosso Estado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a
presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23,
à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 617/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 513, 532, 599,
642, 664/2001 e 002/2002; e do Projeto de Lei
Complementar nº 691/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 579/2001, 010,
034, 035, 126, 135, 151, 153 e 154/2002.

Levanta-se a Sessão.